

PAPEL E INSERÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CT&I

Tendo em vista o resgate da importância da Ciência, Tecnologia e Inovação nos últimos anos no Brasil, e o agravamento dos problemas sociais, como construir com as instituições públicas e privadas as soluções?

Organizadores:

Academia Brasileira de Ciências – ABC
Instituto de Tecnologia Social – ITS
Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da
Câmara dos Deputados – CCTCI -CD

Coordenação:

Irma R. Passoni (ITS)
Paulo César Gonçalves Egler (ABC)

Equipe de Apoio:

Elisângela Alves Ferreira
Gerson José da Silva Guimarães
Maria das Graças Vilela Ibañez
Sandra R. da Fonseca Felizatto
Thais Estela Teixeira

Apoio:

Agência Nacional de Petróleo
Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da
Câmara dos Deputados – CCTCI -CD
Fundação Banco do Brasil

Transcrição e adaptação:

Sandra R. da Fonseca Felizatto
Gerson José da Silva Guimarães
Nathália Kneipp Sena
Thais Estela Teixeira

Equipe de análise e revisão:

João Eduardo M. P. Furtado
Irma R. Passoni

Secretaria:

Ana Luiza Diniz Barros
Clarice Strauss
Denise Dalescio Sá T. Couto
Dulcinéia Dias G. Galvão
Érica Batista Vargas
Nathália Kneipp Sena
Suely Martins da Silva

AGRADECIMENTOS

Ministério da Ciência e Tecnologia

Fundação Banco do Brasil

Agência Nacional de Petróleo

Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da
Câmara dos Deputados

Em especial ao

Sr. Ronaldo Mota Sardenberg – Ministro do MCT

Sra. Luiza Erundina – Deputada Federal

Sr. Nécio Rodrigues da Silveira – Presidente da CCTCI –CD,
pelo apoio e entusiasmo.

Realizado em Abril- 2002

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| I – APRESENTAÇÃO: | 6 |
| II – LISTA DE PARTICIPANTES: | 7 |
| COORDENADORES DO EVENTO:..... | 7 |
| EXPOSITORES - ABERTURA:..... | 7 |
| EXPOSITORES - TEMAS:..... | 7 |
| COORDENADORES DE MESA:..... | 8 |
| EQUIPE DE APOIO:..... | 8 |
| PARTICIPANTES:..... | 9 |
| III – ABERTURA DO EVENTO | 14 |
| IV - TEMAS | 30 |
| TEMA 1: “CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA”..... | 30 |
| TEMA 2: “O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA IDENTIFICAÇÃO E NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA”..... | 30 |
| TEMA 3: “PARTICIPAÇÃO E PAPEL DO EXECUTIVO, DO LEGISLATIVO E DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUINDO A DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO”..... | 31 |
| V – EXPOSIÇÕES: | 32 |
| TEMA 1: “CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA”..... | 32 |
| TEMA 2: “O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA IDENTIFICAÇÃO E NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA”..... | 51 |
| TEMA 3: “PARTICIPAÇÃO E PAPEL DO EXECUTIVO, DO LEGISLATIVO E DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUINDO A DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO”..... | 60 |
| VI - SINTESE DOS RESULTADOS DOS DEBATES EM GRUPO: | 69 |
| TEMA 1: “CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA” | 69 |
| GRUPO 1..... | 69 |
| GRUPO 2..... | 71 |
| GRUPO 3..... | 72 |
| GRUPO 4..... | 74 |
| GRUPO 5..... | 77 |
| GRUPO 6..... | 78 |
| TEMA 2: “O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA IDENTIFICAÇÃO E NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE C T& I DA SOCIEDADE BRASILEIRA”..... | 79 |
| GRUPO A..... | 79 |
| GRUPO B | 82 |
| GRUPO C..... | 83 |
| GRUPO D..... | 85 |
| GRUPO E..... | 86 |
| TEMA 3: “PARTICIPAÇÃO E PAPEL DO EXECUTIVO, DO LEGISLATIVO E DAS ORGANIZAÇÕES DO 30. SETOR NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUINDO A DE C T & I”..... | 87 |
| GRUPO A..... | 87 |
| GRUPO B..... | 89 |
| GRUPO C | 91 |
| GRUPO D..... | 92 |

| | |
|--|-----------|
| GRUPO E..... | 93 |
| VII- EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO EVENTO..... | 94 |
| IX – CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 98 |

I – APRESENTAÇÃO:

Nos dias 14 e 15 de Abril de 2002, realizou-se em Brasília, no Centro de Convenções Israel Pinheiro, o Seminário **“O papel e inserção do 3º setor no processo de construção e desenvolvimento da CT&I”**. Participaram 40 (quarenta) representantes das Instituições do 3º Setor, das diversas áreas e regiões do Brasil.

O seminário teve como objetivo dar continuidade aos trabalhos iniciados na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação ocorrida em Setembro de 2001, onde ficou registrado que as instituições da Sociedade Civil Organizada produzem conhecimentos, agregam valor de pesquisa às suas ações e aplicam tecnologias que aproximam o conhecimento produzido à solução das demandas das comunidades.

Um dos objetivos propostos foi o de reforçar a articulação entre as Organizações Não Governamentais (ONG's), Associações, Fundações, Organizações de base comunitária, e destas com instituições públicas (MCT, FINEP, CNPQ, Parlamento etc), criando assim um sistema de alianças e parcerias, com a finalidade de alavancar a participação da Sociedade Civil Organizada na definição de políticas e elaboração de projetos.

O seminário foi organizado pela Academia Brasileira de Ciências – ABC, Instituto de Tecnologia Social – ITS e membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Participaram deste evento o Ministro da Ciência e Tecnologia Sr. Ronaldo Mota Sardenberg; o Presidente da Academia Brasileira de Ciências - Sr. Eduardo Moacyr Krieger; o Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados – CTCI/CD- Sr. Dep. Nárcio Rodrigues da Silveira; o Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE - Sr. Evando Mirra de Paula e Silva, e membros da CCTCI – Deputados Júlio Semeghini e Luiza Erundina.

Os trabalhos foram estruturados de forma a facilitar a participação de todos os presentes. Isto garantiu que os debates que se seguiram aos temas fossem de elevado nível e os resultados que aqui apresentamos foram frutos de um trabalho coletivo.

O presente documento tem o objetivo de possibilitar uma memória dos trabalhos realizados, visando também que muitas outras instituições da sociedade civil organizada, por meio deste instrumento, possam participar do processo que iniciamos.

II – LISTA DE PARTICIPANTES:

COORDENADORES DO EVENTO:

- Sra. Irma R. Passoni
Gerente Executiva do Instituto de Tecnologia Social – ITS
- Sr. Paulo César Gonçalves Egler
Representante do escritório da Academia Brasileira de Ciências – ABC/DF

EXPOSITORES - ABERTURA:

- Sr. Ronaldo Mota Sardenberg
Ministro da Ciência e Tecnologia - MCT
- Dr. Eduardo Moacyr Krieger
Presidente da Academia Brasileira de Ciências - ABC
- Dep. Nécio Rodrigues da Silveira
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados – CTCI –CD
- Dr. Evando Mirra de Paula e Silva
Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE
- Dep. Júlio F. Semeghini Neto
Membro da Comissão CCTCI – Câmara dos Deputados
- Sr. Sérgio Haddad
Presidente da ABONG
- Sr. Marcos Kisil
Representante do GIFE
- Sra. Irma R. Passoni
Gerente Executiva do Instituto de Tecnologia Social - ITS

EXPOSITORES - TEMAS:

- Sr. Antônio Márcio Buainaim
Coordenador do Programa Fundo Verde Amarelo
- Dr. João Eduardo de Moraes Pinto Furtado
Presidente do Instituto de Tecnologia Social – ITS
- Sr. Simon Schwartzman
Diretor Presidente da Air Brasil

- Dr. Sérgio Haddad
Presidente ABONG
- Sr. Marcos Kisil
Representante do GIFE
- Sr. Luis Fumio Iwata
Diretor de Ciência, Tecnologia e Cultura - Fundação Banco do Brasil
- Sr. André Amaral Araújo
Secretário Executivo Adjunto do MCT
- Dep. Sr. Luiza Erundina
Membro da Comissão CCTCI – Câmara dos Deputados
- Sra. Irma R. Passoni
Gerente Executiva do Instituto de Tecnologia Social - ITS
- Isabelle Maria Jacqueline Meunier
Representante da Secretaria das Entidades Ambientistas do Nordeste - SEAN

COORDENADORES DE MESA:

- Dr. Paulo César Gonçalves Egler
Representante do Escritório da Academia Brasileira de Ciências – ABC/DF
- Sra. Silvia Picchione
Coordenadora da Articulação do Semi Árido - ASA
- Sr. Jorg Zimmerman
Coordenador MMA

EQUIPE DE APOIO:

- Elisângela Alves Ferreira
Assistente do Escritório da Academia Brasileira de Ciências – ABC/DF
- Gerson José da Silva Guimarães
Consultor do Instituto de Tecnologia Social – ITS
- Maria das Graças Vilela Ibañez
Assessora do representante da Academia Brasileira de Ciências – ABC/DF
- Sandra R. da Fonseca Felizatto
Consultora do Instituto de Tecnologia Social – ITS
- Thais Estela Teixeira
Assistente do Instituto de Tecnologia Social - ITS

PARTICIPANTES:

- André Amaral Araújo
Ministério da Ciência e Tecnologia
- André Pereira de Carvalho
Amigos da Terra – Amazônia Brasileira
- Antônio Márcio Buainaim
Fundo Verde Amarelo
- Ari Frozza
AOPA
- Beatriz Helena Carvalho Tess
Ministério da Saúde - Deptº de Ciências e Tecnologia em Saúde
- Carlo Arena
OMNIA – Coesão Social
- Carlos Eduardo O. de Souza Leite
Serviço de Assessoria para Organizações Populares Rurais – Sasop
- Cesare Giuseppe Galvan
Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro – CJC
- Cláudia Simone Cunha
Ministério da Saúde
- Cristina Reis
CNPq
- Dalberto Adulis
Rede de Informação do Terceiro Setor – RITS
- Dilermando Allan Filho
Instituto Crescer para a Cidadania
- Dr. Ronaldo Motta Sardenberg
Ministro da Ciência e Tecnologia
- Edson Ribeiro dos Santos
Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco – Fundifran
- Eduardo Moacyr Krieger
Academia Brasileira de Ciências – ABC
- Eliana Custódio
Instituto da Mulher Negra – Geledés

- Eugênio Vacaro
Projeto Reça
- Evando Mirra de Paula e Silva
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE
- Fernando dos Reis
OMNIA – Coesão Social
- Flávia Maia Jesini
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE
- Flávio Cruvinel Brandão
CNPq
- Francisco Buonafina
Universidade da Água – UNIÀGUA
- Francisco Mariano
FINEP
- Gerson José da Silva Guimarães
Instituto de Tecnologia Social - ITS
- Helena Rocha
Secretaria de Política Tecnológica e Empresarial do MCT
- Hobert Santana Santos Silva
Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais –
Fundipesca
- Ingrid Sarti
SBPC Assessoria junto ao Congresso Nacional
- Irma Rossetto Passoni
Instituto de Tecnologia Social - ITS
- Isabelle Maria Jacqueline Meunier
Secretaria das Entidades Ambientais do Nordeste – SEAN
- Ivônio Barros Nunes
Intertexto - Gestão da Informação, Estudos e Projetos LTDA
- João Furtado
Instituto de Tecnologia Social – ITS
- Jorg Zimmermann
Ministério do Meio Ambiente – MMA

- José Aldo dos Santos
Centro de Desenvolvimento Agro-Ecológico Sabiá – SABIÁ
- Luciana Moura
Rede Próafro
- Luís Fumio Iwata
Fundação Banco do Brasil
- Luiz Alberto Miraglia
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Luiza Mônica Assis da Silva
Esquel
- Marcondes M. de Araújo
OMNIA – Coesão Social
- Marcos Kisil
GIFE
- Mari Gema Fonteles de la Cruz
Instituto Centro de Vida – ICV
- Maria Adélia Oliveira Monteiro da Cruz
ASPAN
- Maria das Graças Vilela Ibañez
Academia Brasileira de Ciências - ABC
- Maria Lúcia de Carvalho Pinto Sígolo
Widar
- Marília G. Albuquerque
OMNIA – Coesão Social
- Maurício Lisovski
ISER
- Míriam Dualibi
Instituto Ecoar para a Cidadania
- Murilo Sérgio Drummond
Associação Maranhense Para a Conservação da Natureza - Amavida
- Nilton Sampaio Freire de Melo
MOC (BA)
- Oswaldo de Carvalho Júnior

Instituto de Pesquisas da Amazônia – IPAM

- Paulo César Gonçalves Egler
Academia Brasileira de Ciências - ABC
- Raimundo Nonato Lima
Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos
– Cearah Periferia.
- Raquel Mattedi
Cooperação e Apoio e Projetos de Inspiração Alternativa – Capina
- Renato Santos da Silva
Recicle Milhões de Vidas
- Ricardo de Oliveira Silva
Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social da Grande São
Paulo – CCECAS
- Rogério Dardeau de Carvalho
Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – Ceris
- Sandra R. Fonseca Felizatto
Instituto de Tecnologia Social – ITS
- Sérgio Haddad
ABONG
- Sheila Paiva
Centro Nacional de Educação Profissional em Cooperativismo, Gestão
Ambiental e Turismo - CENEP
- Silvia Picchione
Articulação do semi-árido
- Simon Schwartzman
AIR Brasil
- Simone Saraiva
Associação de Agricultura Orgânica – AAO
- Sônia R.F.Buonafina
União
- Soraia Fleischer
Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
- Tatiana de Carvalho Pires
CEE Revista

- Valmir Lemos
Instituto Nacional dos Inventores - INAI
- Wagner Souza Lima
Fundação Paleontológica Phoenix

Membros Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados – CCTCI/CD :

- Dep. Júlio Francisco Semeghini Neto
- Dep. Luiza Erundina de Sousa
- Dep. Nécio Rodrigues da Silveira

III – ABERTURA DO EVENTO

"O Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção e Desenvolvimento da CT&I"

▪ **Irma R. Passoni**

Gerente Executiva do Instituto de Tecnologia Social

Na abertura deste evento, cumprimento as senhoras e senhores, representantes de entidades do Terceiro Setor, vindos de todas as regiões do Brasil e que constroem no dia-a-dia uma nova nação. Nosso objetivo, nestes dois dias de encontro, é o de aprofundar: "O papel e a inserção do Terceiro Setor no processo de construção e desenvolvimento da Ciência Tecnologia e Inovação". Meu nome é Irma Passoni, gerente executiva do Instituto de Tecnologia Social e que com o Dr. Paulo Egler, da Academia Brasileira de Ciências, juntamente com nossas equipes, preparamos e estamos coordenando este encontro. Agradecemos, desde já, a participação de todos.

Para a realização deste evento contamos também com o apoio e participação do Ministério de Ciência e Tecnologia - Ministro Ronaldo Sardenberg -e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara Federal, cujo Presidente é o Deputado Nárccio Rodrigues.

Este nosso encontro é consequência de um processo iniciado na Conferência Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação que se realizou no mês de setembro de 2001, em Brasília. Esta teve como objetivo fortalecer parcerias com os diversos setores da sociedade, a fim de viabilizar um projeto nacional de longo prazo e inserir a Ciência, Tecnologia e Inovação no desenvolvimento humano, político, social, econômico e cultural do País, incorporando a temática da Ciência Tecnologia e Inovação na agenda da sociedade brasileira, propiciando as condições para sua participação na Sociedade do Conhecimento, mobilizando seus diferentes segmentos e colaborando no fortalecimento desta estratégia.

A Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, segundo o Ministro Sardenberg, "se fixou no estímulo para que a sociedade brasileira encare de forma estratégica o futuro do Brasil e reflita sobre o papel que a Ciência e Tecnologia devem desempenhar para a construção do mesmo".

As Instituições da Sociedade Civil Organizada, aqui presentes, realizam ações ligadas as produções do conhecimento, aplicam e desenvolvem técnicas que inovam e respondem aos desafios de melhorar a qualidade de vida das comunidades onde estão inseridas, "aproximando as soluções aos problemas, ponto de partida para a inclusão do Terceiro Setor no sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação. Com estas ações, criam o espaço de interlocução no

qual as instituições da sociedade civil organizada possam participar de decisões e interagir com a comunidade científica e com o Governo, quando estiverem em pauta assuntos correlatos as pesquisas aplicadas, praticas para a promoção do desenvolvimento sustentável e a elaboração de políticas públicas nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação”.¹

O Terceiro Setor apresenta-se como um parceiro privilegiado para a difusão da Cultura de Ciência, Tecnologia e Inovação na sociedade brasileira. Esta parceria pode produzir um processo educativo, capaz de gerar uma sociedade que responda ao desafio de geração de riqueza, com justiça e, produzindo uma sociedade mais feliz.

Em um evento onde participam organizações sociais, o fato de nos apresentarmos não é um ato mecânico, porque priorizamos as chamadas relações humanas, ou seja, o efeito das nossas atividades junto à sociedade, do ponto de vista social e humano é prioritário.

As senhoras e os senhores fazem parte de um rol de entidades já identificadas, mas temos certeza de que existem muitas outras que ainda desconhecemos. Por outro lado, temos muitos cientistas e pesquisadores cientes de que a sua missão tem em vista também a sociedade, só que essa ponte entre uns e outros não acontecia até o momento, de forma sistemática e contínua. Nós ousamos realizá-la e encontramos um momento propício por meio do Ministério e, principalmente, com a ação conjunta deste evento com a Academia Brasileira de Ciência.

Do ponto de vista das organizações sociais, nosso objetivo é expor nossas experiências e mostrar como estas produzem conhecimentos e técnicas inovadoras, que apontam para novos modelos de pesquisa de impacto. Assim, a Sociedade Civil Organizada, dá a sua contribuição para o avanço brasileiro no índice do desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, melhorando assim, a qualidade de vida da população. Na verdade, nosso objetivo é que este avanço se traduza em benefício amplo e que a sociedade do conhecimento, se faça permear em todos os níveis da sociedade brasileira.

Assim, agradecemos o esforço de todos, ao Ministério de Ciência e Tecnologia, a Academia Brasileira de Ciências e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara Federal.

¹ Texto relatora Nathalia Kneipp

▪ **Dr. Eduardo Moacyr Krieger**

Presidente da Academia Brasileira de Ciências - ABC

É com grande satisfação que a Academia Brasileira de Ciências participa da promoção deste debate sobre o “Papel e Inserção do 3º Setor no processo de Construção e Desenvolvimento da CT&I”, em parceria com o Instituto de Tecnologia Social – ITS e com o apoio da Fundação Banco do Brasil, da Agência Nacional de Petróleo e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Na verdade esse evento é a continuação de um processo que teve seu início durante a preparação a Conferência Nacional de CT&I, realizada em Setembro de 2001, promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo ABC. Um dos principais objetivos da Conferência foi o de mobilizar os setores mais representativos de nosso País para o papel e a importância das atividades científicas e tecnológicas para o desenvolvimento nacional, Um dos espaços privilegiados dessa interlocução foi, e ainda é, o Terceiro Setor ou as Organizações Não Governamentais – ONG’s, sobretudo aquelas que têm como atividade principal o desenvolvimento social sustentável, que pressupõe o pleno exercício da cidadania e relações éticas em todas as atividades humanas.

O primeiro passo no sentido de estabelecer um diálogo legítimo e informado com esse conjunto de agentes foi buscar identificar aqueles em que em sua prática aprendiam, absorviam e lidavam com a ciência, a tecnologia e a inovação.

Para que esse objetivo fosse atingido a Academia buscou a Deputada Irma Passoni, que presidiu a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e informática da Câmara dos Deputados e cujo trabalho ali é por todos reconhecido. A ela foi encomendado um estudo que tivesse como produto respostas a essas indagações. Esse trabalho, concluído em final de 2001, trouxe como resultado algumas respostas inesperadas, como por exemplo, o significativo número de instituições da sociedade civil organizada que identificavam suas ações como sendo relacionadas a atividades de CT&I.

Outras respostas igualmente despertam curiosidade, como o fato de algumas das Organizações do 3º Setor se identificarem como “produtoras” de conhecimento científico e tecnológico.

Durante a Conferência uma mesa de debates foi organizada para discutir os resultados preliminares do trabalho desenvolvido. Foi um debate bastante rico e construtivo, mas cuja grande limitação – reconhecida por todos os presentes – foi à insuficiência do tempo para que fossem estabelecidas propostas mais efetivas e concretas de parcerias entre as Organizações do 3º Setor, a Comunidade Científica e Tecnológica nacional e o Governo.

Passado sete meses da Conferência, é chegado o momento de retomarmos o diálogo sem que o tempo seja o fator limitante e desta forma darmos um passo adiante.

A programação, os convidados e a dinâmica do presente seminário têm o propósito de avançar na elaboração de propostas e procedimentos que venham a contribuir para o estabelecimento das parcerias mencionadas cuja importância, para nós da Academia Brasileira de Ciências, é inquestionável.

Uma curiosidade pode estar na mente de alguns dos senhores ou senhoras aqui presentes sobre a iniciativa conjunta da ABC e do Instituto de Tecnologia Social. A pergunta que devem estar se fazendo é o porque a Academia Brasileira de Ciências, tradicionalmente vista como uma instituição voltada para a ciência e os cientistas, estar envolvida em uma discussão com organizações em cujas agendas se encontra, sobretudo, a preocupação com o resgate da cidadania e com a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

A resposta é simples: nos últimos anos a Academia Brasileira de Ciências ampliou suas áreas de atuação e está ativamente engajada na promoção do debate sobre tópicos relevantes e de interesse geral para a sociedade, incluindo temas que transcendem os estritos limites da pesquisa científica. Primeiro, porque os problemas de grande interesse social não podem prescindir da melhor informação científica hoje disponível, avaliada criticamente. Essa é a vocação natural das Academias de Ciências, reconhecida nos países industrializados e, também, naqueles que aspiram o desenvolvimento sócio-econômico. Segundo, porque a discussão dos grandes problemas das sociedades humanas é com freqüência fonte de novos tópicos de grande interesse, que exigem novo conhecimento científico. Uma vez identificados, eles se tornam a semente de pesquisas originais e sempre frutíferas.

É por isso que a Academia Brasileira de Ciências vem promovendo e participando de atividades sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento, Ensino de Ciências, Biodiversidade, Políticas de Inovação, Armas Químicas e outros tópicos relevantes para qualquer sociedade moderna e para o futuro da humanidade. Temos atuando tanto em nível nacional como internacional, participando dos programas desenvolvidos por mais de oitenta Academias de Ciências do mundo, hoje organizadas no Inter-Academy Panel, com a secretaria em Trieste junto com a Academia de Ciências do Terceiro Mundo e com a presidência compartilhada pelas Academias de Ciências da França e do Brasil.

O que eu, como Presidente de uma instituição que tem 86 anos de serviços à sociedade brasileira posso dizer, é que essas questões estão na agenda da Academia e que estamos definitivamente empenhados em uma proposta de ampliação e consolidação de parcerias com diferentes segmentos da sociedade brasileira, de forma a que a ciência e a tecnologia contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade de vida do homem brasileiro.

A ciência e a tecnologia, sobretudo, são hoje fatores presentes em todos os aspectos da vida cotidiana. É impossível se identificar algum setor da economia contemporânea que não seja influenciado por tecnologias enraizadas na ciência desenvolvida durante os últimos cem anos. Entretanto, da mesma forma que ciência e tecnologia podem desempenhar um papel relevante para o progresso da humanidade, podem também servir como instrumentos de dominação, principalmente quando o acesso ao conhecimento é restringido ou restrito.

Ademais dessa iniciativa, a Academia tem procurado estar presente e participar de eventos onde princípios como o da equidade social e do desenvolvimento sustentável sejam a tônica principal.

A Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, também popularmente conhecida como "Reunião Rio + 10" e que se realiza esse ano em Joanesburgo, África do Sul, é um desses eventos onde a ABC tem procurado marcar, de forma efetiva, sua presença. É ilustrativo o fato de as discussões preparatórias para esse evento estarem dando uma ênfase decisiva à ciência, tecnologia e inovação, como fatores que podem fazer a diferença entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

E este evento é também uma iniciativa da Academia, juntamente com o Instituto de Tecnologia Social, para marcar este novo passo no desenvolvimento do conhecimento e das práticas que venham a contribuir para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Por fim quero aqui deixar registrado meus agradecimentos pela presença do Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia que tem alavancado a questão do desenvolvimento social e a participação de diferentes atores no processo de construção de uma sociedade mais justa e equânime. A Deputada Irma Passoni que tem conduzido com paixão esse processo e cujo empenho e dedicação foram decisivos para a realização deste evento.

Agradecer também a Fundação Banco do Brasil e a Agência Nacional do Petróleo que contribuíram com o evento e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática não só pelo apoio prometido, como também pelo incentivo prestado.

Resta-me finalmente agradecer a presença de todos, que sem sobra de dúvida contribuirão para melhorar as idéias aqui propostas.

▪ **Dep. Nárcio Rodrigues da Silveira**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados – CTCI –CD

Bom a dia a todos. Querido amigo Ministro Ronaldo Mota Sardenberg, Ministro de Ciência e Tecnologia, Dr. Eduardo Moacyr Krieger, da ABC; Dr. Marcos Kisil, da Gife; Dr. Sérgio Haddad, da Abong; querido companheiro da Comissão de Ciência e Tecnologia, ilustre Deputado Júlio Semeghini; querida amiga Irma Passoni, ex-presidente dessa comissão e promotora deste evento que hoje se realiza ao lado dos demais integrantes; querido amigo Evandro Mirra de Paula e Silva, senhoras e senhores, acredito que, nesses dois dias que nos esperam, teremos oportunidade de discutir um aspecto muito importante do que chamamos Projeto de Inclusão Digital, um sonho que todo país vem vivendo muito mais como um desafio, em função das demandas que a sociedade apresenta.

Ainda agora tive a alegria de, incorporado à comitiva do Ministro Sardenberg, estar em Sevilha na Espanha. Pude fazer uma visita a Gênova na Itália, para conhecer uma experiência de telemedicina. De lá, estivemos na Cruz Verde, Genebra, uma instituição dirigida por Mikail Gorbachov, e, de lá, fomos à Unesco em Paris, onde tivemos um encontro com o Presidente da Fundação Costeau, Francine Costeau.

Cito todos esses contatos para dizer da percepção clara que há no mundo, hoje, de que o Brasil é mais do que um mercado consumidor emergente na questão da ciência e tecnologia. É um país que oferece uma infra-estrutura extraordinária e tem um potencial enorme para que se desenvolvam aqui tecnologias que, mais do que realizar o anseio do desenvolvimento sustentável no país, mas possam fazer com que desdobremos ações concretas nessa direção.

Ao perceber o crescimento da consciência política da cidadania nacional em torno da responsabilidade que nos cabe como nação inserida estrategicamente no mundo com o respeito crescente em torno da atuação que estamos tendo, frente aos desafios da sociedade nesse novo milênio, compreendo que eventos como este traduz uma necessidade, a necessidade de que a sociedade possa efetivamente se envolver nas questões que não são meramente de Estado, que não são desafios apenas de governo.

Quando falamos dos desafios deste milênio, da inclusão digital, da necessidade da recuperação do meio ambiente, da implementação de programas de desenvolvimento sustentável, quando estabelecemos uma política de resgate dos direitos humanos - e ontem o Presidente Fernando Henrique deu uma demonstração muito clara disso -, especialmente no que diz respeito às minorias, ao resgate da raça negra, a quem foram negadas oportunidades de inclusão social, quando falamos da questão necessária do aumento da margem de segurança da sociedade brasileira, quando falamos do

desafio posto na solução do caos urbano, na verdade, estamos estabelecendo uma agenda que passa necessariamente pela ciência e tecnologia.

Sabemos que, através dos instrumentos desenvolvidos nessa área, teremos condições de implementar programas. Mais importante do que estabelecer programas é fazer com que eles sejam executados. A percepção que se tem hoje no mundo é que, embora cresça no Brasil a preocupação com a questão ambiental, com a questão ética, há ainda uma distância entre o que seria desejável fazer e o que a sociedade, realmente, está fazendo.

Esse é o aspecto que faz com que se abra uma lacuna que está sendo preenchida de forma talentosa, competente e responsável pelo Terceiro Setor. O Terceiro Setor talvez seja a grande arma com que a sociedade possa debater-se nesse novo milênio.

Temos a obrigação de dar amparo e criar um ambiente que não é só legislativo, mas também de iniciativa para que o Terceiro Setor possa ser incorporado aos programas e às ações de governo.

Quero cumprimentar o Ministro Sardenberg pela criação dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia que proporcionam oportunidades para que o Terceiro Setor possa desenvolver ações concretas na melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. Com sua passagem pelo Ministério, pela verdadeira articulação que fez junto ao Congresso, à sociedade, à área científica, tivemos a oportunidade de colocar a ciência e tecnologia na vitrine nacional, pelo menos na agenda das preocupações nacionais.

Eu não acredito que possamos eleger qualquer candidato a Presidente da República neste ano eleitoral que não tenha compromissos com o avanço da ciência e tecnologia. Penso que seja quem for o candidato, ele terá, na sua pregação de campanha, de incorporar um compromisso muito sério quanto aos avanços efetivados nos últimos anos e que agora podem ser ainda maiores na medida em que houver comprometimento político em relação a isso.

Quero destacar a alegria de participar deste evento, sabendo que estamos iniciando, e o desejo que tenho de que possamos, através da própria comissão, buscar mecanismos para a publicação dos anais deste evento, a fim de que sirvam de subsídios a uma política efetiva de incorporação do Terceiro Setor nas ações de ciência e tecnologia.

Quero deixar os meus cumprimentos aos promotores, esperando que este seja um evento realmente proveitoso. Cheguei ao Congresso Nacional em 1996, como militante do Terceiro Setor, ajudei a organizar a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Aqui está a Sheila, diretora da primeira cooperativa de ensino do Brasil, diretora da Organização das Cooperativas Brasileiras.

Temos atuado na nossa região, no Triângulo Mineiro, com três organizações não-governamentais, uma delas voltada para os direitos

humanos, o Centro Nacional da Cidadania Negra; outra voltada para as questões de organização e planejamento regional, uma agência de desenvolvimento sustentável; em terceiro lugar, o motivo que nos levou à Europa, o Centro Nacional de Educação Profissional em Cooperativismo, Gestão Ambiental e Turismo, que são organismos voltados para fazer o que o Terceiro Setor faz muito bem, ou seja, transformar o desejo de realização, componente de qualquer governo, independente da sua ideologia, em realidade na sua base de atuação.

Desejo que o Terceiro Setor tenha não só vida longa, mas seja cada dia mais forte e organizado, porque, através dele, tenho certeza de que a própria ação política ficará muito mais eficaz. Parabéns.

▪ **Dr. Evando Mirra de Paula e Silva**

Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE

Obrigado, Deputada Irma Passoni. Queria saudar inicialmente o Sr. Ministro Ronaldo Sardenberg, o Professor Krieger, os Deputados Nécio Rodrigues e Júlio Semeghini, bem como os conferencistas e os caros colegas que aqui se encontram.

Acrescentaria apenas, aos comentários daqueles que me precederam, que também o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos encontra-se resolutamente engajado em todo esse esforço de que o trabalho dos senhores é um exemplo.

Sobre a importância decisiva do Terceiro Setor seria desnecessário insistir, mas vale a pena lembrar que, no processo de aprendizado recíproco, de que nos falava o Professor Simon Schwartzman, na construção interativa das relações entre a comunidade científica e a sociedade, certamente o Terceiro Setor é um dos agentes decisivos.

Mais do que isso sabemos que o Terceiro Setor já desempenha o papel de difusor de tecnologias e pode desempenhá-lo ainda muito mais. No elenco complexo de atividades e iniciativas associadas à produção e apropriação do conhecimento – incluindo a transformação desse conhecimento em produtos e serviços -, o processo de difusão no Brasil tem sido ainda errático, insuficiente, e nitidamente incapaz de responder à enormidade dos problemas e desafios com que nos defrontamos. O Terceiro Setor tem, nesse contexto, enquanto difusor das tecnologias existentes, um papel determinante.

Sabemos que não se trata de esforços isolados, onde o voluntarismo possa substituir a capacidade de organização. Trata-se de estabelecer uma rede de entidades sociais capaz de absorver a cultura, a ciência e a tecnologia e difundir-las junto à sociedade, num jogo de interações recíprocas. Esse trabalho deve ser integrado.

Sabemos que as soluções técnicas, muitas vezes, são simples em si, mas altamente complexas na sua implantação. Para que sua implantação seja eficaz a integração deve se dar entre todos os setores envolvidos, seja da educação, da saúde, da segurança, do abastecimento, de modo a se incorporar realmente à vida social e produzir resultados efetivos junto às comunidades.

Trata-se de fato de um sistema, e a inter-relação entre seus componentes desenha a possibilidade, ou não, de inserção concreta e permanente de C&T na vida social e da absorção cultural de seu impacto. A tarefa é ampla e convida à participação de todos.

Gostaria de encerrar essas breves palavras reiterando que o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, pela própria configuração como organização

social, é um parceiro natural nesse processo. Ofereço assim os nossos préstimos e nossa parceria para que possamos trabalhar juntos nesse grande empreendimento. Muito obrigado!

- **Marcos Kisil**

Representante do Gife

Sr. Ministro Krieger, Deputada Irma, componentes da Mesa, caros colegas, o Terceiro Setor ainda é uma grande novidade no cenário brasileiro, como estrutura organizada, como espaço onde a sociedade civil está sendo forjada.

Nós representamos uma associação com 66 membros, alguns bastante conhecidos, como Fundação Bradesco, Fundação Banco do Brasil, e outros menos conhecidos, espalhados pelo nosso Brasil. Esses 66 sócios, neste ano, estão doando de maneira voluntária - não se está falando em incentivo fiscal - 800 milhões de reais. Grande parte desse recurso é direcionada às organizações da sociedade civil e em projetos de parceria, onde a iniciativa privada e o governo possam-se encontrar.

Oitenta e cinco por cento desses recursos são direcionados à área de educação. Conforme a palavra do Professor Simon, esse modelo pervertido de educação que o Brasil teve de trabalhar as elites e não trabalhar a base fez com que os recursos privados fossem colocados hoje, primordialmente, na base. Isto é, na educação básica, na educação profissionalizante, na educação complementar à escola, muitas vezes suplementar ao papel do Estado.

Com isso, estamos forjando um novo entendimento do papel desse dinheiro privado que vai a benefício público. Esse tipo de recurso não foi ainda colocado à disposição da pesquisa, da busca do conhecimento, no sentido da sua sistematização para a reprodução para o resto da sociedade.

Aqui se abre uma grande oportunidade de cooperação, de ação, e de pensarmos seriamente que também devemos fazer no setor social, com esse grupo que representamos, uma parceria efetiva no financiamento de pesquisas de interesse público, fundamentalmente orientados por essa melhoria de qualidade de vida de que estamos falando.

Agradeço a oportunidade de estar nesta mesa, de participar desse esforço, e espero que todos nós possamos, daqui a algum tempo, felicitar-nos pela iniciativa tomada. Obrigado.

- **Sérgio Haddad**
Presidente da ABONG

Sr. Ministro, demais componentes da Mesa, caros colegas. Também gostaria de saudar a iniciativa, porque há uma grande novidade sendo evidenciada: o debate atual sobre a possibilidade e o desenvolvimento de trabalhos, realizados pelo Terceiro Setor, no âmbito da produção de conhecimento, da ciência e da tecnologia.

É um tema novo e temos de tratá-lo com o cuidado necessário dos temas novos. Devemos ter um olhar sobre a possibilidade efetiva de aliança entre o Terceiro Setor e os demais setores da sociedade, em relação à capacidade e o sentido que essa produção de conhecimento traz. Nós da Abong, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, que reunimos cerca de 250 organizações nacionais, das quais grande parte tem trabalho de produção de conhecimento, reconhecemos essa produção como um papel fundamental no apoio ao trabalho dessas organizações.

A Abong, no final do ano passado, realizou um primeiro seminário sobre a relação entre organizações não-governamentais e universidades, e está programando uma conferência internacional sobre o mesmo tema, justamente para tratar dessa realidade, existente desde os primórdios das organizações não-governamentais: a produção de conhecimento e o tipo de conhecimento possíveis de serem realizados por essas organizações da sociedade civil, em parceria com as universidades e demais setores sociais.

Eu quero agradecer o convite, cumprimentar os organizadores deste evento e dizer do valor de evidenciar essa temática, de grande perspectiva na construção de um novo tipo de conhecimento, com sentido social bastante pontual em determinados momentos, e bastante universal sobre outros pontos de vista. Muito obrigado.

▪ **Dep. Júlio F. Semeghini Neto**
Membro da CCTCI - CD

Quero dizer que estou aqui para apoiar este trabalho, porque temos um carinho muito grande para com a Comissão de Ciência e Tecnologia, pela Irma Passoni, pela paixão que ela tem pela Ciência e Tecnologia, mas acima de tudo pela bandeira que ela assume agora e pelo desafio que ela tem para introduzir, como sempre deveria ter sido, a ciência e tecnologia voltada para os problemas do dia-a-dia, para a qualidade de vida, para os problemas que temos de vencer das desigualdades no Brasil, mas, sobretudo na oportunidade para o povo brasileiro como um todo.

Várias vezes foram colocadas aqui que a ciência e tecnologia é só para a elite, mas quero dizer do orgulho que nós brasileiros temos do trabalho que o Ministro Sardenberg fez pelo Brasil. Ele conseguiu montar uma infra-estrutura que aborda todos os aspectos, os principais setores do Brasil, com oportunidade de desenvolvimentos regionais. Isso é um grande avanço que a ciência e tecnologia introduz na sua estrutura, que antes não era atendido, pois ficava apenas para os setores.

A preocupação do Ministro permitiu que o desenvolvimento e as oportunidades fossem distribuídos pelo Brasil e não fossem concentrados só próximos às universidades. Mas nosso grande desafio ainda é fazer com que os investimentos em ciência e tecnologia não só sejam mais fortes pelas empresas e menos pelo Estado, mas que essa outra parte do Estado seja voltada para a qualidade de vida e para os que ficam excluídos desse processo.

Tenho certeza de que este evento tem muito a colaborar com a inclusão. Por isso que o nosso Presidente Nárccio enfatizou aqui o compromisso da Comissão de Ciência e Tecnologia não só com o evento, mas principalmente de fazer disto aqui uma série de oportunidades que possamos apoiar depois e fazer com que a sociedade, como um todo, tenha acesso à ciência e tecnologia.

Parabéns a Irma, parabéns a todos vocês. Bom trabalho. Esperamos daqui dar continuidade na nossa responsabilidade na Câmara dos Deputados. Obrigado.

- **Exmo Dr. Ronaldo Mota Sardenberg**
Ministro da Ciência e Tecnologia

Senhoras e Senhores,

Ao agradecer a gentileza do convite para participar da Abertura deste Seminário, dedicado a debater o "Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção e do Desenvolvimento da CT&I", desejaria congratular-me com seus organizadores, nomeadamente a Academia Brasileira de Ciências que, tendo à frente o Dr. Eduardo Krieger, tem prestado inestimável contribuição para o progresso da ciência brasileira; o Instituto de Tecnologia Social, dirigido pela ex-deputada Irma Passoni; e a Câmara dos Deputados, representada pela deputada Luiza Erundina – ambas, com incansáveis denodo e espírito público, são também conhecidas defensoras da intensificação do esforço nacional em C&T e da causa do desenvolvimento social de nosso País.

Por dois motivos centrais considero bem-vinda e oportuna a realização deste evento. Primeiro, porque teremos a grata tarefa de explicitar o papel fundamental desempenhado pelas instituições, as empresas e os cidadãos que compõem o chamado Terceiro Setor no desenvolvimento da CT&I. Em segundo, porque este Seminário dá também continuidade ao processo que iniciamos, no ano passado, com a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em verdade, esta iniciativa demonstra que a Conferência logrou seu maior êxito: o revigoramento do debate público acerca da importância da ciência e tecnologia para o País.

Na ocasião, ressaltai que a Conferência deveria ser vista como parte de uma preocupação permanente com nosso desenvolvimento científico e tecnológico; enfim, com sua definitiva inserção na agenda do desenvolvimento nacional. E hoje não hesito em asseverar que essa conquista só se torna possível se precedida e sustentada pelo diálogo entre o Governo, a comunidade acadêmica, o setor empresarial e toda a sociedade.

Felizmente, é o que tem ocorrido. Em grande medida, a intensificação dos debates e a percepção crescente da sociedade brasileira sobre o papel estratégico da Ciência e Tecnologia são acompanhadas de medidas concretas adotadas por todas as esferas públicas – o Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais e o Congresso Nacional.

A Política Nacional de Ciência e Tecnologia orienta-se não apenas pela expansão e fortalecimento dos canais de comunicação com os setores sociais, mas também por formas aperfeiçoadas de gestão compartilhada, das quais os Fundos Setoriais são a expressão maior.

Essa aproximação entre o Governo e os atores sociais reflete, na verdade, o momento histórico-político que vivemos. A democracia brasileira consolidou-se em patamares que em muito ultrapassam os aspectos meramente formais e a sociedade tem hoje a consciência de que o exercício democrático assegura sua participação efetiva na definição dos destinos do País.

O Terceiro Setor nasce nesse ambiente democrático de estímulo e de fortalecimento da sociedade civil, e é com essa perspectiva que deve ser reconhecido. Suas instituições não são concorrentes do Estado; tampouco se sobrepõem ao papel deste. Ao contrário, apresentam-se como parceiras.

Nos últimos anos, o Estado brasileiro experimentou ampla reforma com o objetivo de superar suas próprias deficiências e de atender ao arranjo social contemporâneo, que se configura com o surgimento de novos sujeitos políticos para atender demandas cada vez mais complexas. As reformas deram a conhecer uma nova esfera de ação social que também é pública, mas não necessariamente estatal.

Exemplo dessa mudança, que nitidamente resulta em maior eficiência de gestão, é a transformação das autarquias em organizações sociais. O MCT tem firmado contrato de gestão com diversas organizações sociais, das quais citaria a mais recente, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

O Centro, cuja assembléia constitutiva realizou-se durante a Conferência Nacional, incumbe-se de aportar mais inteligência, eficiência e transparência nas políticas e nos programas e projetos científicos e tecnológicos, sempre com o foco em resultados que beneficiem a toda a sociedade.

Com a criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as OSCIPs, resultado da promoção de amplos debates e articulações por parte do Conselho da Comunidade Solidária, presidido pela Dr^a Ruth Cardoso, realizou-se esforço adicional de proposição de amplo arcabouço legal e galgamos novos degraus para a organização do Terceiro Setor. Desse modo, foi possível reconhecer em organizações da sociedade civil seu caráter e interesse públicos e estimular sua ação cooperativa com o Estado.

Ressalte-se que essa visão política, diferentemente do que algumas vezes propagou-se, não tencionou a minimização do papel ou da dimensão do Estado. Permanece intacta, e em determinados setores fortalecida, sua capacidade de definir estratégias, articular instrumentos e implementar leis e políticas públicas que sejam de interesse dos cidadãos e promotoras do desenvolvimento nacional.

No campo da Ciência e Tecnologia, foi marcante a presença organizada do Estado brasileiro, ao longo de cinco décadas, na construção da base tecnológica e na formação de recursos humanos. Sem eles não teríamos as condições necessárias para responder aos desafios atuais, impostos pelo que convencionamos chamar de Economia do Conhecimento.

Nos tempos atuais o passo das transformações tecnológicas é mais acelerado e os desafios são mais complexos. Além de promover a geração de novos conhecimentos, precisamos colocar a C&T a serviço de inovações tecnológicas que contribuam para elevar o bem-estar da sociedade; que gerem riquezas; e que nos tornem mais internacionalmente competitivos.

Essas são tarefas que devem ser conduzidas de maneira compartilhada, com a presença ampliada do setor privado e também, de maneira muito bem-vinda, com a contribuição substantiva do Terceiro Setor.

Mesmo ciente de que não se sustenta mais a concentração dos investimentos em C&T nas mãos dos Governos, nos últimos anos o Governo Federal tem, com grande êxito, enfrentado a escassez de recursos do setor.

Este empenho tem, entretanto, certas implicações e a sustentabilidade do esforço depende de nossa competência em demonstrar à sociedade que a elevação dos investimentos em pesquisa e inovação representa compromisso direto com seu bem-estar e sua qualidade de vida.

Certamente, as organizações do Terceiro Setor desempenham importante papel de mobilização e conscientização, poderão contribuir para a difusão das vantagens dos investimentos em C&T.

Ainda mais importante, porém, é a efetiva participação dessas organizações no processo de concepção e execução das atividades de C&T, por meio do consumo e da demanda que terão por novos produtos e processos. São numerosos e valiosos os instrumentos científicos e tecnológicos que as organizações podem usar em suas próprias ações públicas, em áreas como saúde, educação, meio ambiente, entre outras.

Senhoras e Senhores,

A emergência de um Terceiro Setor, no universo restrito ao Mercado e ao Estado, é um fato que contribui para a radicalização da democracia e a aceleração do processo de desenvolvimento que desejamos. Estou certo que é muito proveitosa sua interação com a Ciência, Tecnologia e Inovação – trinômio inerente ao progresso.

Nossa missão neste seminário é desvendar e explorar as numerosas oportunidades de interação que ainda não colocamos em prática. Certamente teremos êxito.

Desejo bom trabalho a todos. Muito Obrigado.

IV - TEMAS

TEMA 1: "CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA".

Coordenador de Mesa: Dr. Paulo Egler (ABC)

1.1 . Como a Ciência, Tecnologias "contribuem" para a melhoria da qualidade de vida da população;

Expositor: Antônio Márcio Buainaim - (Fundo Verde Amarelo)

1.2 . Como a sociedade "percebe" a Ciência, Tecnologia e Inovação;

Expositor: João Eduardo Furtado - (Instituto de Tecnologia Social)

1.3 . Como os produtores de Ciência, Tecnologia e Inovação "percebem" a sociedade.

Expositor: Simon Schwartzman - (Air Brasil)

TEMA 2: "O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA IDENTIFICAÇÃO E NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA".

Coordenadora de Mesa: Silvia Picchione (ASA)

2.1. As Organizações do Terceiro Setor como "identificadores" e "tradutores", junto aos produtores de Ciência, Tecnologia e Inovação, dos problemas da sociedade;

Expositor: Marcos Kisil (GIFE)

2.2. As Organizações do Terceiro Setor como "difusoras" de Ciência, Tecnologia e Inovação para a sociedade;

Expositor: Luis Fumio Iwata (Fundação Banco do Brasil)

2.3. As organizações do Terceiro Setor como "produtores" de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Expositor: Sérgio Haddad (Abong)

TEMA 3: "PARTICIPAÇÃO E PAPEL DO EXECUTIVO, DO LEGISLATIVO E DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUINDO A DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO".

Coordenador da mesa: Jorg Zimmerman

3.1 Como o Executivo "escuta" a sociedade e outros segmentos do governo para definir as prioridades e políticas públicas, incluindo a de Ciência, Tecnologia e Inovação, e suas prioridades;

Expositor: André Amaral Araújo (MCT)

3.2 Como o Legislativo participa e discute as políticas públicas, incluindo as de Ciência, Tecnologia e Inovação. Quais *inputs* são considerados para obtenção de informações qualificadas para embasar a tomada de decisões sobre essas políticas públicas, incluindo a de Ciência, Tecnologia e Inovação;

Expositora: Luiza Erundina (Comissão CCTCI-Câmara Deputados)

3.3 Como e mediante que instrumentos, disponíveis ou a serem criados, as Organizações do Terceiro Setor participam como atores relevantes no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, inclusive a de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Expositoras: Irma Passoni (ITS)

Isabelle Maria Jacqueline Meunier (SEAN)

V – EXPOSIÇÕES:

TEMA 1: “CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA”.

- **Coordenador de Mesa: Dr. Paulo Egler**
Academia Brasileira de Ciências - ABC

Gostaria de dar as boas-vindas e agradecer a presença de todos neste evento.

Quero dizer que estamos dando continuidade a um trabalho iniciado em setembro de 2001, quando houve, por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia, um evento bastante significativo, ou seja, a realização da Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia.

O objetivo principal desse evento foi estabelecer junto à sociedade brasileira uma relação mais próxima da questão Ciência, Tecnologia e Inovação, sobretudo colocar esses três componentes como elementos fundamentais para o avanço do progresso da sociedade brasileira, principalmente na mudança da qualidade de vida da sociedade brasileira.

Esse processo só se faria de fato se houvesse uma parceria estabelecida entre Ciência, Tecnologia e os produtores de Ciência, Tecnologia e Inovação e a sociedade de uma maneira mais ampla. Dizer apenas que ciência e tecnologia são componentes fundamentais para o progresso da humanidade pode ser um discurso vazio, se não estivermos efetivamente articulados com a sociedade, no sentido de fazer com que esses três componentes sejam realmente parte do cotidiano, sejam atividades permanentes dentro da sociedade brasileira.

Esse evento, portanto, tem o objetivo de dar continuidade e firmar essas parcerias entre Executivo, Legislativo e Sociedade Brasileira num sentido mais amplo, incluindo a própria comunidade científica. Em função disso, organizamos a estrutura do evento para propiciar espaços e avançar na consolidação e estruturação dessas parcerias. Todo evento está montado nesse sentido.

Obviamente, não esgotaremos essa discussão aqui, mas vamos lançar bases mais sólidas do que conseguimos durante a Conferência, quando houve um pequeno momento sobre a questão do Terceiro Setor, e a idéia agora é dar continuidade a isso.

Não vou alongar-me mais e passarei à apresentação dos expositores previstos. Teremos hoje três apresentações, iniciando com a do Sr. Antônio Márcio Buainaim, que é Doutor em Economia, Professor da Unicamp e teve uma participação bastante expressiva no processo de elaboração do documento chamado “Livro Verde, Ciência, Tecnologia e Inovação”, um

material produzido para dar subsídios à elaboração e realização da Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia.

O Dr. Antônio Márcio teve um papel expressivo no processo de elaboração do "Livro Verde" e esteve, sobretudo, mais diretamente envolvido com o tema Ciência, Tecnologia e Qualidade de Vida.

▪ **Antônio Márcio Buainaim**

Coordenador do Programa Fundo Verde Amarelo

✓ **Como a Ciência, Tecnologia e Inovação “contribuem” para a melhoria da qualidade de vida da população;**

Antes de mais nada, quero agradecer o convite da Academia Brasileira de Ciências e da Irma para participar desse evento. O trabalho, iniciado no ano passado pela Irma, de mobilização e sensibilização do Terceiro Setor para os desafios e potencialidades da Ciência e Tecnologia é muito relevante, e alarga, de forma significativa, o leque de parceiros e de possibilidades de transformar, de forma mais rápida, o conhecimento e a inovação em instrumentos para a melhoria da qualidade de vida da população em geral. Em meu nome, e em nome da direção do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, quero agradecer mais uma vez o convite.

O tema proposto é “**Como a Ciência, Tecnologia e Inovação contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população?**”. Eu diria que no mundo em que vivemos, não dá para pensar em nada sem pensar Ciência, Tecnologia e Inovação. Uma resposta imediata à pergunta-tema seria: não é possível pensar em qualidade de vida sem a contribuição direta da CT&I.

De início, nós, economistas, atribuímos um papel cada vez mais importante à inovação; no mundo contemporâneo a inovação passa a ser o principal insumo do processo de desenvolvimento econômico. Os senhores se lembram de que, no passado, nós falávamos da importância dos recursos naturais para o desenvolvimento; depois passamos a falar da combinação de recursos naturais com o capital, com o trabalho; países com melhor dotação desses recursos tinham vantagens na luta pelo desenvolvimento. O exemplo do Japão, pobre em recursos naturais, nos levou a repensar o papel dos recursos naturais e priorizar a dotação de capital e tecnologia.

Hoje, se tivéssemos que identificar um único fator-chave para o processo de desenvolvimento, diríamos que o mais relevante é a capacidade de inovação que um país tem. E a inovação tem tudo a ver com ciência e tecnologia, embora não seja simplesmente o resultado linear delas. Eu digo que não se pode assegurar qualidade de vida sem desenvolvimento econômico e social; e não se pode assegurar desenvolvimento econômico e social sem ciência, tecnologia e inovação.

De um ponto de vista mais geral, penso que ciência, tecnologia e inovação condicionam todo o processo de desenvolvimento e, por conseguinte, a qualidade de vida de uma população. Essa é a primeira mensagem que precisa ficar clara e ser assumida por toda a sociedade. E, como a Irma falou, isso, aparentemente, não está claro na cabeça das pessoas, ou, muitas vezes, está claro, mas não tem conseqüências práticas.

Em um trabalho publicado há mais ou menos 15 dias com entrevistas com 25 economistas brasileiros de muito prestígio, todos indicam ciência, tecnologia e inovação como um fator-chave para o desenvolvimento. Apesar disso e, contraditoriamente, na hora de definir prioridades para o país, apenas quatro ou cinco definem investimento em ciência, tecnologia e inovação como prioridade. Talvez seja mera questão de prazo: alguns estão pensando nos problemas de curto prazo e outros em problemas de longo prazo. Essa dicotomia é ruim, pois alguns problemas do país não podem esperar, e não terão solução hoje e nem amanhã se hoje não começarmos a pensar e agir de forma diferente em relação ao passado. Se não lançarmos as bases hoje, no futuro estaremos enfrentando, com as mesmas ou maiores dificuldades, os mesmos problemas que hoje são vistos como de curto prazo, seja o desequilíbrio das contas externas seja a desigualdade social.

Há uma percepção da importância da CT&I, mas isso não se traduz em ações práticas, em decisões políticas. Acredito que estamos, no momento, em um processo de inversão da tradição de não dar importância a algo que é muito relevante, e não podemos deixar escapar a oportunidade.

O segundo ponto que eu gostaria de chamar a atenção é que o Brasil tem uma história relativamente bem sucedida de crescimento econômico relativamente. Foi um país que teve, durante 30, 40 anos, altas taxas de crescimento; chegamos a falar de "milagre brasileiro": depois falamos de década perdida e década desperdiçada. Porém, se olharmos para trás, podemos ver que não foram tão perdidas nem tão desperdiçadas assim. O país transformou-se ao longo dessas décadas, deixamos o regime militar para trás e estamos em processo de construção de uma sociedade democrática. O patamar de desenvolvimento, e, portanto de reivindicações, é hoje completamente diferente daquele de 20 anos atrás. Houve, de fato, progresso em todos os campos, e apesar disso, muitos dos problemas sociais e econômicos não foram solucionados e alguns foram até mesmo agravados. Embora o país não tenha ficado estagnado, seu crescimento não foi na direção desejada pela maioria, não conseguiu resolver o problema da qualidade de vida e da inserção social de milhões de brasileiros que ainda continuam na miséria.

Mas não quero entrar nessa polêmica. Quero apenas ressaltar que o padrão de crescimento que sustentou a evolução da economia brasileira durante 30/40 anos estava baseado em uma coisa que nós, economistas, chamamos de "competitividade espúria". Quer dizer, éramos competitivos porque tínhamos uma economia fechada; éramos competitivos porque pagávamos baixíssimos salários aos nossos trabalhadores; éramos competitivos porque explorávamos mal os nossos recursos naturais.

Esse tipo de competitividade já não assegura mais o desenvolvimento econômico. Se o Brasil quiser crescer e se desenvolver nessa nova sociedade que se configura, daqui para frente é preciso criar uma competitividade mais efetiva, mais sustentável que não pode estar baseada na superexploração, seja da força de trabalho, seja dos seus recursos naturais.

A criação dessa competitividade, que chamarei de legítima, efetiva, sustentável, passa fundamentalmente pela ciência, tecnologia e inovação. Sem isso não se consegue produzir riqueza para assegurar o desenvolvimento, e sem produzir riqueza não é possível assegurar qualidade de vida para a população brasileira. As questões da competitividade e da eficiência sustentadas pela aplicação da ciência, tecnologia e inovação são, portanto, chaves para melhorar as condições de vida dos brasileiros em geral.

Outro ponto importante é que estamos vivendo no que se está chamando de "sociedade do conhecimento", que tem esse nome porque o conhecimento é um insumo cada vez mais importante para o funcionamento dessa sociedade. Apesar disso, o novo censo do IBGE ainda indica que uma parte significativa da população brasileira continua sem educação, portanto, sem possibilidade de acesso ao conhecimento. Ora, quase por definição, pessoas sem acesso ao conhecimento são necessariamente excluídas da sociedade do conhecimento.

Aumentará, de maneira muito acelerada, o fosso entre ricos e pobres, entre cidadãos e não-cidadãos, se não invertermos rapidamente esse quadro. Na sociedade velha, vamos chamar assim, o analfabeto tinha possibilidade de ter um emprego, de gerar renda para sobreviver e até mesmo para melhorar de vida; a pessoa poderia ser um pequeno agricultor no fim do mundo e dali extrair sua sobrevivência, embora bastante precária; poderia ter emprego na construção civil, migrar para São Paulo e ser porteiro de edifício, emprego doméstico e uma variedade de ocupações não especializadas.

Essas alternativas de sobrevivência, na sociedade moderna, estão terminando. Mesmo se fossem aceitáveis, e elas não o são do ponto de vista ético, elas estão-se fechando. Uma família já não consegue sobreviver num lugar ermo, explorando um lote de terra com tecnologia primitiva; um trabalhador sem nenhuma qualificação já quase não consegue encontrar nenhum tipo de emprego nos centros urbanos, nem mesmo de servente na construção civil.

Portanto, eu diria que o principal desafio, em termos de qualidade de vida, é o da educação. Sem educação é impossível inserir essa massa de cidadãos, ou quase cidadãos, brasileiros a um processo virtuoso de crescimento. Para muitos, já não há mais nenhuma esperança; mas, agora, temos de pensar nos filhos dessas famílias pobres para impedir o processo de reprodução ampliada da pobreza. Aí, de novo, ciência, tecnologia e inovação podem fazer bastante coisa em um país com as dimensões continentais do Brasil.

É preciso ter a educação como preocupação fundamental, porque, sem isso, tudo que discutirmos com relação à ciência, tecnologia é letra morta. O homem deseducado não tem condições de ler, aprender, e isso vai aumentando o fosso social.

Posso citar alguns exemplos de como ciência e tecnologia podem contribuir nesse desafio de educação; hoje, por exemplo, ninguém mais duvida

de que o Programa de Educação à Distância, que vinha sendo desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho, cumpre um papel relevante, e pode cumpri-lo com muito mais relevância do que hoje. Ou seja, a tecnologia pode ser usada para ampliar o acesso à educação.

Em alguns Estados das regiões Norte e Nordeste, temos programas de capacitação de professores à distância feitos com base nessas tecnologias. É evidente que a tecnologia em si é só um meio. É preciso desenvolver os conteúdos, a pedagogia, porque, sem isso, nada vai acontecer. Mas é inegável que a tecnologia de informação que vem sendo desenvolvida abre novas possibilidades para o Brasil superar este déficit educacional, que é impossível de subsistir, sob pena de condenarmos o país ao subdesenvolvimento e perpetuarmos.

Penso que ciência e tecnologia têm um papel importante nessa área de educação, e, se fosse definir em escala de prioridade, eu colocaria a educação como desafio número 1, 2, 3, 4, 5, 10. É um desafio de curto prazo e um desafio de longo prazo.

Como desafio de curto prazo, tem suas dimensões, isto é, requalificar a massa de trabalhadores que ficou desempregada ao longo dos anos 90 e não tem condições de arrumar um emprego sem um processo de requalificação. O desafio de longo prazo é educar o jovem de hoje para a sociedade do futuro.

Os senhores já viram que, na nossa visão, ciência, tecnologia e inovação, de fato, podem contribuir com tudo. Não vejo solução para a equação da qualidade de vida sem ciência, tecnologia e inovação. Quero, a título de exemplo, apenas ressaltar alguns pontos dessa equação.

Saúde é uma área em que o país avançou bastante em termos de ciência, tecnologia e inovação. É uma área em que, historicamente, fizemos grandes progressos; é um bom exemplo de como CT&I podem contribuir para a qualidade de vida, mas nós não prestamos a devida atenção nem damos importância a ela. A cada momento colocamos em risco as conquistas do passado, e, pior de tudo, colocamos em risco nosso futuro. Somos um país tropical com um bocado de enfermidades de países pobres; sabemos que as grandes empresas multinacionais da área de saúde não fazem investimentos em doenças de pobre. Pesquisas em saúde são caríssimas, envolvem bilhões de dólares, e está muito claro que as empresas não investem em doenças típicas de países mais tropicais, com mercados menos promissores.

Há algumas áreas em que, se não investirmos em desenvolvimento de capacidade própria para soluções dos nossos problemas, não vamos encontrar solução no mercado. Saúde e medicamentos não são como outros produtos que estão na prateleira dos supermercados. Saúde é um elemento básico de qualidade de vida, e se não tomarmos conta da nossa saúde, ninguém o fará por nós. Não há nenhuma dúvida de que, se não tivéssemos capacidade para de fato, quebrar a patente dos medicamentos utilizados no combate à AIDS, não teríamos conseguido os descontos junto aos laboratórios internacionais, e

nem teria sido construir o melhor programa público do mundo de assistência a essa enfermidade.

Isso significa que precisamos aumentar fortemente a nossa capacidade em áreas estratégicas para o país, a fim de garantir a qualidade de vida da nossa população. Se formos atacados por determinadas enfermidades, não teremos vacinas, não teremos remédios, porque dizem respeito somente a nós.

Existem vários outros exemplos como este que eu poderia mencionar. O Livro Verde faz um belo levantamento de como a ciência, tecnologia e inovação têm contribuído e podem continuar contribuindo para melhorar a qualidade de vida. Por isso, quero destacar apenas mais um, a dos alimentos. Também é uma área em que a ciência, tecnologia e inovação já deram uma contribuição relevante.

Eu sou da região centro-oeste, Campo Grande, e cresci aprendendo na escola que o cerrado era não era fértil, que era terra de pecuária, que ali não era possível produzir nada além de mandioca e um pouco de arroz. Foi o que aprendi há não tanto tempo; há 30 anos, essa era a lição que nos transmitiam na escola.

Hoje, os cerrados brasileiros são as áreas mais produtivas do mundo em termos de grãos. Houve uma queda do preço real dos alimentos no Brasil superior a 50%, o que é muito. O preço real que mais caiu no Brasil, ao longo de 20 anos, foi o dos alimentos. Isso teve um impacto na qualidade de vida da população brasileira fantástico que em geral não é percebido e nem valorizado. Imaginem vocês qual seria a dimensão da pobreza hoje, que em geral é medida pelo acesso a uma cesta básica de alimentos, se os alimentos não tivessem caído de preço. E quais foram os principais responsáveis pela queda dos preços dos alimentos? Crédito rural, terras abundantes, água, clima? Tudo isto pode ter ajudado, mas o principal fator foi o trabalho da Embrapa e das outras instituições de pesquisa agropecuária, que desenvolveram sementes apropriadas para as condições brasileiras, tecnologias para corrigir e explorar de forma sustentável áreas consideradas inférteis, enfim, desenvolveram e aplicaram CT&I para o desenvolvimento do país.

Como vemos, há redução de enfermidades, de taxa de mortalidade, do índice de desnutrição. Não são políticas pontuais do Ministério da Saúde. É uma política geral. É acesso a alimento mais barato. A população continuou ganhando pouco, mas, felizmente, o preço dos alimentos caiu mais do que proporcionalmente, e isso permitiu que a população tivesse acesso a mais alimentos. Esse alimento mais barato que chega à mesa da população brasileira é fruto exclusivo de investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Isso tem um valor fantástico, e a sociedade brasileira não percebe esse valor.

Todos esses exemplos que dei são resultados de investimentos de longo prazo são resultados de operações planejadas, e não de improvisações. O jeitinho brasileiro, eufemismo para justificar que não fazemos as coisas certas

no momento certo e depois tentamos improvisar, não tem nenhuma participação nestas conquistas. Podemos construir uma sala de aula da noite para o dia, mas não podemos improvisar e construir um professor da noite para o dia. Investimentos em ciência, tecnologia e inovação requerem uma intervenção clara da sociedade, requerem planejamento, requerem sustentabilidade, e isso não ocorrerá se a sociedade não estiver atenta para defender esse patrimônio muito importante.

As empresas privadas têm consciência da importância desse patrimônio, assim é que os resultados da ciência e tecnologia são tratados como propriedades que elas chamam de ativos intangíveis. Estão brigando para registrar estas propriedades na forma de patentes, de marcas, de direitos de propriedade. Se as empresas valorizam o produto e papel da C&T, a sociedade tem que fazer o mesmo.

A sociedade brasileira não se dá conta da importância desse patrimônio e não pressiona o suficiente para que sejam mantidos ou feitos investimentos nesse patrimônio.

A mensagem que quero deixar é que a ciência, tecnologia e inovação desempenham um papel essencial para o desenvolvimento econômico, para a elevação da qualidade de vida da população. Não consigo ver nenhum problema sério que o Brasil enfrente hoje cuja solução não passe por ciência, tecnologia e inovação, e temos uma capacidade para começar a responder a esses desafios. Isso exige investimento, paciência, determinação, e, sem decisão política, não será possível ir mais adiante. Muito obrigado.

- **Coordenador de Mesa: Dr. Paulo Egler**
Academia Brasileira de Ciências - ABC

Quero registrar a presença do Deputado Júlio Semeghini, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, e do Presidente da Academia Brasileira de Ciência, Dr. Eduardo Moacyr Krieger.

Dando continuidade às apresentações, passo a palavra ao Dr. João Eduardo Furtado, do Instituto de Tecnologia Social, que é Doutor em Economia Industrial, pesquisador da Finep e professor da Unesp, presidente do Instituto de Tecnologia Social e orientador da pesquisa sobre as instituições do Terceiro Setor no âmbito do ITS. O tema a ser abordado pelo Dr. João seria "Como a sociedade 'percebe' a Ciência, Tecnologia e Inovação."

- **João Furtado**

Presidente do Instituto de Tecnologia Social - ITS

Como a sociedade "percebe" a Ciência, Tecnologia e Inovação?

Bom dia a todos. Felizmente, o Paulo usou o condicional, ou seja, não me obrigou peremptoriamente a cumprir o tema, até porque todos nós que passamos pela escola aprendemos que, se em prova de biologia, por exemplo, foram designados dois assuntos - um sobre árvores e o outro sobre pássaros -, se você estudar árvores e o tema sorteado for pássaros, você pode começar com um belo primeiro parágrafo, dizendo que "os pássaros fazem seus ninhos nas árvores". Daí, em diante, vamos falar de árvores.

Eu não vou ser tão radical assim. Eu tenho dois chapéus e fiquei na dúvida em qual dos dois usar aqui, se o de economista ou o de presidente do Instituto que tem, entre seus membros, Irma Passoni. Na dúvida, falarei sobre algumas das reflexões que temos feito coletivamente no Instituto de Tecnologia Social.

Vou começar com um gancho que o Antônio Márcio nos ofereceu, ao comentar um livro de economistas que reconhecem a importância da ciência, tecnologia e inovação, mas, na hora de definir prioridades, deixam isso de lado. E não é por falta de apoio, porque existem economistas e "economistas". Todos sabemos disso. Nós, economistas, quando nos apresentamos como economistas, já começamos um pouco envergonhados, com medo de sermos vaiados.

A Ciência Econômica, apesar de toda essa imagem pública um pouco negativa da Economia, oferece há muitos anos argumentos muito sólidos para que a ciência, tecnologia e, agora, a inovação façam parte das prioridades.

Vou ter a ousadia de mencionar dois artigos, um de 1959 e outro de 1962, de dois economistas bem reconhecidos na Academia e na Universidade que demonstravam por que é necessário que haja investimento em ciência e tecnologia. Vou simplificar, de forma muito resumida, com o seguinte argumento: os benefícios sociais da ciência e tecnologia são muito mais importantes do que o retorno econômico para os investidores.

Isso significa que a sociedade recolhe mais benefícios do que os eventuais investidores privados. Por isso mesmo, existe um sub-investimento em ciência e tecnologia. A maioria dos economistas tem na sua cabeça uma idéia de equilíbrio. O mercado equilibra ofertas e demandas; é com este suposto que a Economia tradicional trabalha. No caso de tecnologia, mesmo os economistas que têm, de forma muito arraigada, esse tipo de raciocínio acreditam, a partir dos artigos - de 1959 e de 1962 - desses autores, ambos

norte-americanos, que haverá sempre no sistema econômico capitalista uma tendência ao sub-investimento em ciência e tecnologia. Os investidores privados investem menos do que o necessário para “maximizar” o bem-estar social, porque eles não conseguem captar para si todos os retornos.

Esses artigos são fundadores de uma certa tradição; e, não por caso, são artigos de autores norte-americanos. Penso que a consistência da política norte-americana de ciência e tecnologia tem algo a ver com esse tipo de contribuição. O primeiro artigo é de um economista chamado Nelson e o segundo de outro chamado Arrow.

Por que fui resgatar esse exemplo, aparentemente remoto? Porque mesmo a corrente dominante dos economistas pensa que não existe automatismo, não há uma engrenagem que se dirija no sentido de criar uma solução adequada para a ciência e tecnologia, a partir exclusivamente da operação dos mecanismos de mercado. Portanto, reconhece-se a necessidade de uma forte intervenção pública para suplementar isso que o mercado é incapaz de fazer isoladamente.

No outro gancho que o Antônio Márcio me ofereceu a respeito de doenças, todo mundo conhece o conceito de doença órfã. O exemplo que usamos na discussão do Instituto de Tecnologia Social é a Sida, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, uma doença que tem 20 anos e para a qual, se não existe uma cura definitiva, existe um alívio extremamente importante.

Essa é uma doença relativamente jovem, e a ciência e tecnologia já mobilizaram os recursos necessários para enfrentá-la; uma batalha parcialmente e temporariamente vencida. No entanto, existem doenças muito mais antigas que continuam à espera de soluções, mesmo paliativas – são doenças órfãs.

É esse o nosso conceito mais importante, e, agora, estou colocando o chapéu do humilde Presidente do Instituto de Tecnologia Social, para dizer que o conceito de demanda social órfã é fundamental para nós, do ITS e deste conjunto de ONGs aqui reunidas. Quem já foi a São Paulo sabe que existem dois lugares horrorosos, que são as marginais. Um rio belo, transformado em autopista, para ficarmos parados durante horas sempre que estamos atrasados para o avião.

Nesses autopistas, basta um pequeno prenúncio de chuva e, imediatamente, aparecem pessoas vendendo refrigerantes, biscoitos, água. É de uma rapidez impressionante. O mercado responde de imediato. Existe um indivíduo que precisa viver e, por isso, mobiliza seu talento, seu pequeno capital, seus recursos, e, rapidamente, está ali para vender água, refrigerante, biscoito, etc.

Não sei se algum de vocês já teve a infelicidade de ficar preso naqueles congestionamentos, mas o que estou dizendo é que existe uma enorme

rapidez entre um desejo e a resposta de alguém que está ali, que já sabe como isso funciona.

Nós, Instituto de Tecnologia Social, colocamo-nos em um papel humilde de um agente desse tipo, um agente capaz de, por mecanismos que ainda não consegui compreender direito - talvez a Irma Passoni possa explicar melhor do que eu -, identificar demandas sociais e dar-lhes caminhos sociais de atendimento. Se é fácil fazer isso para uma doença que mobilizou tanto da opinião pública quanto a Sida, se é fácil fazer isso para um mecanismo do tipo descrito no modelo "marginais/chuva/ambulantes", é extremamente difícil para demandas sociais dispersas pela sociedade, que são, de alguma forma, necessidades, carências, por vezes extremamente graves e urgentes... Só que elas não se explicitam através do mercado, simplesmente porque essas pessoas não têm recursos para isso, para transformarem as suas necessidades em demandas.

Nesse caso, então, deveria chamar-nos Instituto de Desenvolvimento Social ou Instituto de Atendimento de Demandas Sociais? Por que se chama Instituto de Tecnologia Social? A resposta é: somos Instituto de Tecnologia Social, porque pensamos - como disse o Antônio Márcio, com outras palavras - que as demandas são infinitas, que este País tem milhões e milhões de pessoas com carências extremamente importantes, sendo impossível atender a todas com métodos tradicionais na velocidade que essas pessoas necessitam. Daí a Tecnologia Social, ou melhor, daí o Social da Tecnologia.

Não preciso citar o Dr. Pedro Malan, porque, mesmo que não fosse ele e seu arraigado fervor pelo equilíbrio orçamentário a qualquer preço, mesmo que fosse uma pessoa com uma preocupação outra que não essa, mesmo que fosse o Ministro da Fazenda dos sonhos dos brasileiros que vivem do trabalho e na dificuldade mensal, temos de reconhecer que o Brasil tem tantas demandas, tantas carências, que vai levar algum tempo para atendê-las.

A tecnologia e a tecnologia social são o mecanismo que nos permite abreviar o tempo pelo qual essas demandas serão atendidas. As demandas são infinitas e o povo tem pressa. A tecnologia e a tecnologia social são o motor que permite atender a essas demandas numa velocidade mais consistente com aquilo que queremos para o Brasil.

Tecnologia social reúne duas combinações possíveis. Não somos apenas um Instituto, não pensamos a questão da tecnologia social só como tecnologias voltadas para o atendimento de demandas sociais órfãs. Não pensamos apenas nas soluções técnicas para isso. Acreditamos, a partir de uma reflexão e, sobretudo, a partir de uma militância que algumas pessoas dentro do Instituto possuem há muito tempo - a Irma, em especial, tem nesse campo uma história de décadas -, que a combinação adequada do elemento tecnológico com o elemento social não constitui apenas um ingrediente tecnológico para resolver demandas sociais.

São métodos socialmente adequados para enfrentar o problema das carências, ou seja, são métodos que não distanciam os indivíduos das soluções. Ao contrário, são métodos que utilizam a energia que as pessoas possuem para suas vidas, para seu trabalho, de uma forma mais inteligente, mais criativa, mais densa tecnologicamente.

Há dois conceitos que temos tentado discutir dentro do Instituto que nos são muito caros. Foi dito que, mesmo um Ministro da Fazenda com um pouco mais de sensibilidade social explícita do que o Ministro Pedro Malan seria obrigado a reconhecer que não dá para atender tudo hoje, nem amanhã. É preciso, de alguma forma, respeitar algumas restrições, embora não com o fervor fundamentalista do Ministro Pedro Malan.

Se queremos que, os recursos destinados ao social com esse forte componente tecnológico sejam recursos inteligentemente utilizados, que tenham o máximo alcance, existem dois elementos que devem estar presentes em soluções das atividades tecnológicas e sociais.

O primeiro elemento é a sustentabilidade. Não é possível que, ao mesmo tempo em que pensamos na sustentabilidade da natureza, do desenvolvimento econômico, etc., deixemos de considerar a necessidade de utilizar os recursos que gerem produtos de melhor qualidade do que os insumos que entraram no produto.

Não é possível que possamos gastar muita energia para alcançar resultados modestos. Não é possível imaginar enormes investimentos e, depois, esses investimentos perderem fôlego e vitalidade. O elemento tecnologia social é um antídoto contra esse risco enorme, que tantas vezes se verifica.

O segundo elemento, ao qual damos muita atenção, é a reprodutibilidade. Gostaríamos que nossas experiências fossem reprodutíveis, capazes de serem reaplicadas em outros contextos com a necessária adaptação, mas com rendimentos cada vez maiores em relação à forma como foram criadas inicialmente. Isso nos leva ao terceiro elemento.

Gostaríamos que nossas experiências de tecnologia social fossem experiências portadoras de cumulatividade de aprendizado, portanto, de desenvolvimento de capacidade.

As senhoras e os senhores poderão perguntar se isso já gerou resultado. Não. Somos apenas um Instituto. Hoje, no café da manhã, o Professor Cesário nos perguntou se somos muitos. Eu lhe respondi que somos poucos, mas muito entusiasmados.

Estamos no começo dessa labuta dentro do Instituto, mas acreditamos que, para o desenvolvimento das nossas idéias, das nossas lutas, da nossa organização, precisamos ter consistência em relação a certos princípios, e foi sobre isso a reflexão que dividi com os senhores. Espero que possamos discutir

mais sobre nas próximas horas; em que uma reflexão coletiva que deverá perdurar. Em nome do ITS, o nosso muito obrigado.

▪ **Simon Schwartzman**

Diretor Air Brasil

Como os produtores de Ciência, Tecnologia e Informação "percebem" a sociedade?

Nestes tempos de Copa do Mundo, nada melhor do que comparar a questão da relação entre os produtores de conhecimento e a sociedade com a do relacionamento entre os jogadores e técnicos de futebol e a população. A ciência e a tecnologia, assim como o futebol profissional, são atividades especializadas, que requerem treinamento e estudo, e não estão ao alcance de todos os cidadãos, para entendê-los ou praticá-los. E, no entanto, tanto o futebol quanto à ciência e tecnologia interessam a muita gente, produz resultados que afetam a vida das pessoas de diferentes maneiras, e é natural que elas tenham vontade de participar e influenciar nas escolhas e decisões que são feitas.

Para os especialistas, o interesse e a participação do público é uma arma de dois gumes. Por um lado, os técnicos e especialistas necessitam que seu trabalho seja apoiado e valorizado pelo público; por outro, eles ressentem a interferência do leigo, que não entende a complexidade e as dificuldades das decisões e do trabalho a ser feito, mas pode influenciar de maneira muito significativa o trabalho do especialista, dando ou retirando apoio, e forçando escolhas e prioridades que podem não ser as mais adequadas.

Tradicionalmente, os cientistas sempre trataram de resolver esta questão pela valorização do conhecimento científico e técnico como uma forma superior de conhecimento, e pelo uso do argumento de autoridade. A primeira parte desta operação era de natureza ética e filosófica. O conhecimento científico, baseado na razão e na observação controlada da realidade, era apresentado e defendido como um conhecimento iluminado, produtor de verdades superiores àquelas reveladas pela religião ou pelo sentido comum. Além disto, o conhecimento científico e técnico prometia riqueza e saúde, resultados práticos que outras formas de conhecimento não poderiam proporcionar. A segunda parte desta operação era social e institucional. Os conhecimentos científicos eram produzidos e processados em um contexto social específico, o das comunidades científicas e acadêmicas, que compartilhavam uma cultura própria e em grande parte implícita, só acessível aos iniciados, e na qual só se poderia entrar através de formação e educação exclusivas². Os cientistas também se

² A constituição e formas de funcionamento destas comunidades acadêmicas e científicas, dos conhecimentos tácitos que elas requerem, e suas transformações, tem sido objeto central dos estudos sociais sobre a ciência. Veja entre outros Michael Polanyi. *Personal knowledge towards a post-critical philosophy*. London: Routledge, 1997.; Robert King Merton. *The sociology of science theoretical and empirical investigations*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.; Joseph Ben-David. *Centers of Learning: Britain, France, Germany and the United States*. Berkeley, California: The Carnegie Commission on Higher Education, 1977.. Para o Brasil, ver Simon Schwartzman. *Um espaço para a ciência - a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

preocupavam, no entanto, em difundir os princípios e os valores da ciência entre o público, através das escolas e universidades, o suficiente para garantir que as pessoas possam entender e apreciar a importância de seu trabalho, mas não o suficiente para fazer com que todos participem, da mesma forma, dos trabalhos e das decisões relativas à produção do conhecimento científico e tecnológico³. Assim, o público deveria apreciar o trabalho dos cientistas, dar a eles todo o apoio e os recursos que eles precisassem, mas deixando que eles resolvessem o que era melhor para todos. Durante séculos, nos países ocidentais mais desenvolvidos, esta maneira de justificar e apoiar o trabalho dos cientistas e pesquisadores se manteve, e isto permitiu que a ciência e a tecnologia se desenvolvessem a níveis extremamente elevados.

Este duplo processo de valorização ética do conhecimento científico e tecnológico e sua institucionalização fizeram parte, historicamente, de um processo muito mais amplo de constituição das sociedades modernas, descrito por Max Weber como de "racionalização," do qual fez parte, além da ciência e da tecnologia, o capitalismo, o individualismo, a democracia, a organização do Estado moderno e, mais recentemente, o *Welfare State*. Nos países que lideraram este processo, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia era visto como parte de um amplo projeto social que ficou conhecido como "Iluminismo", percebido como de natureza transformadora e revolucionária. Nos países que ficaram à margem deste processo ou só participaram dele muito tardiamente, como o Brasil, o processo de racionalização foi muitas vezes imposto de cima para baixo, como "modernização conservadora", ou reivindicado por pequenas elites modernizantes, sem o apoio político e social de setores emergentes e em expansão, e por isto se deu de forma muito mais precária.⁴

Hoje, no entanto, este edifício de justificação e proteção do trabalho dos cientistas e tecnólogos já não se sustenta da mesma forma, nem nos países centrais, nem nos de desenvolvimento tardio. Já não há tanta certeza sobre a bondade das tecnologias, nem a convicção de que a ciência conduza a um conhecimento eticamente superior, apesar da crise das demais interpretações normativas da realidade, inclusive as religiosas. O mundo da ciência e da tecnologia, que antes se mantinha protegido e isolado, é hoje invadido por todo tipo de interesses e motivações, e já não compartilha uma cultura implícita, como antes parecia ser⁵. Paradoxalmente, isto se dá ao mesmo tempo em que a importância da tecnologia para a geração de riqueza e de poder é maior do que nunca.

³ Não por coincidência, é um sistema muito parecido com o das grandes igrejas, que reservam a interpretação e o gerenciamento das liturgias religiosas para os especialistas, e ao mesmo tempo procuram difundir seus valores e sua fé entre toda a população. No outro extremo, as seitas religiosas atribuem a cada pessoa o direito de interpretar a gerir suas próprias verdades, criando situações de grande envolvimento e instabilidade social.

⁴ Veja a este respeito, para a experiência brasileira, Simon Schwartzman, "A Força do novo." Em Simon Schwartzman, *A redescoberta da cultura*. São Paulo: Edusp - FAPESP, 1997.. Veja também Edmundo Campos Coelho. *As Profissões Imperiais: Advocacia, Medicina e Engenharia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999..

⁵ Veja a respeito Michael Gibbons, Martin Trow, Peter Scott, Simon Schwartzman, Helga Nowotny e Camille Limoges. *The new production of knowledge - the dynamics of science and research in contemporary societies*. London, Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1994.

A crise do antigo sistema de proteção e justificação da atividade científica e técnica não significa, como pensam alguns, que o caráter especializado e complexo da ciência e tecnologia seja um mito, um simples embuste dos cientistas e tecnólogos para ocultar dos leigos o que fazem, e preservar o seu poder. Ciência e tecnologia são formas de poder, mas são muito mais do que isto. A complexidade e a natureza especializada das questões científicas e técnicas são maiores hoje do que no passado, em áreas como a dos alimentos transgênicos, as novas tecnologias de clonagem, os problemas de poluição ambiental, o tratamento de novas epidemias, e o entendimento e gerenciamento de sistemas macro-econômicos e macro-sociais.

Mas isto não significa que os cientistas e tecnólogos tenham em mão as respostas a estas questões. As controvérsias e perplexidades existem dentro do próprio mundo da ciência, que não é, como os cientistas às vezes pretendem, uma república de sábios em busca das grandes verdades, mas uma arena altamente competitiva, aonde se disputa recursos, projetos, financiamentos, carreiras e reputações.⁶ A ciência e a tecnologia não podem continuar funcionando como no passado, primeiro porque já não existe tanta certeza, e na realidade existem muitas dúvidas, sobre os benefícios inquestionáveis das inovações tecnológicas; e, depois, porque o custo da ciência e da tecnologia é cada vez maior, e a sociedade, através de suas instituições e segmentos mais organizados, começa a se perguntar se os cientistas e tecnólogos realmente merecem os cheques a fundo perdido que pleiteiam.

Não existe solução fácil para esta situação. Por parte dos especialistas, o mais adequado é não continuar na posição antiga de donos absolutos da verdade, e começar a compartilhar seus dilemas e perplexidades com a sociedade. É como o médico que, antes, passava a mão na cabeça do paciente e escondia a incerteza de seu diagnóstico, e que, hoje, discute com o paciente e sua família as diferentes alternativas, ou falta de alternativas, de tratamento. Isto não reduz a importância do conhecimento especializado do médico, que é hoje muito mais complexo e potente do que poucas décadas atrás; mas o torna menos autocrático, e torna o cliente menos passivo e mais senhor de seu destino.

Para esta mudança de atitude, os técnicos e especialistas precisam se reeducar. Precisam desenvolver a capacidade de admitir as limitações de seus conhecimentos, e traduzir as implicações práticas de seus dilemas e dificuldades em uma linguagem que seja acessível e inteligível para o não especialista. Eles precisam, em outras palavras, abandonar a atitude "iluminista" do passado.⁷ O público também precisa ser reeducado, mas em um

⁶ Richard Lewontin. "The Politics of Science." *The New York Review of Books* May 9 (2002): 28-31.; Daniel S. Greenberg. *Science, money and politics: political triumph and ethical erosion*. University of Chicago Press, 2002.; Bruno Latour. *La Clef de Berlin et autres leçons d'un amateur de sciences*. Paris: Editions La Découverte, 1993..

⁷ Para uma crítica contundente da atitude "iluminista", ou moderna, que fingia não reconhecer as implicações mais gerais do trabalho científico e técnico, veja Bruno Latour. *We have never been modern*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, c1993..

sentido diferente do se costumava fazer até aqui. Não se trata, simplesmente, de difundir o "método científico" ou fazer "divulgação científica" a um público passivo, ambos feitos, sobretudo, para conquistar apoio para as maravilhas da ciência e para os projetos e carreiras dos cientistas. O novo aprendizado requer que o público saiba respeitar e a entender a complexidade do trabalho de pesquisa, sem achar que se possa, pelo simples palpite ou sentimento, tomar o lugar do especialista; mas que aprenda também a colocar perguntas e exigir respostas, desmistificando o trabalho do cientista, entendendo quais as opções e as incertezas, e influenciando para que decisões mais corretas sejam adotadas.

Uma parte importante desta mudança vem sendo produzida por organizações que ocupam lugares intermediários entre o mundo da ciência e o mundo da sociedade, em seus diferentes aspectos. Estas instituições podem ser públicas ou privadas, da área social e da área econômica. Algumas das chamadas "instituições do terceiro setor" podem desempenhar este papel. Para isto, elas precisam trabalhar nas duas pontas, desenvolvendo competências tanto nas áreas técnicas quanto no relacionamento com diferentes segmentos da sociedade.⁸ Com esta dupla competência, elas podem angariar o respeito e a legitimidade tanto da área científica e técnica quanto dos movimentos e organizações sociais, e desta forma desempenhar importante papel de tradutoras entre os mundos da ciência e da tecnologia e a sociedade mais ampla.

O mundo da ciência e da tecnologia não é mais o mundo fechado das comunidades científicas e técnicas, mas tampouco é uma arena disforme em que as questões de natureza científica e técnica são decididas em assembléias, manifestações de rua, passeatas e programas de televisão. Continua sendo impossível ganhar a Copa do Mundo sem bons técnicos, bons jogadores, e sem que as pessoas em posição de responsabilidade tenham capacidade e autonomia para decidir. O que não se aceita mais é que os critérios e os procedimentos sejam mantidos em segredo, na ilusão de que, no fundo, o único que vale é o resultado final. Na verdade, os resultados finais serão sempre incertos, e a única coisa que pode legitimar o trabalho dos especialistas é a legitimidade e o respeito que eles possam conquistar, através do diálogo, junto à sociedade mais ampla.

Referências Bibliográficas

Ben-David, Joseph 1977. *Centers of Learning: Britain, France, Germany and the United States*. Berkeley, California: The Carnegie Commission on Higher Education.

Coelho, Edmundo Campos 1999. *As Profissões Imperiais: Advocacia, Medicina e Engenharia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Gibbons, Michael, Martin Trow, Peter Scott, Simon Schwartzman, Helga Nowotny e

⁸ Sobre o papel das "boundary organizations" na área ambiental, veja os artigos reunidos em David H. Guston. "Boundary organizations in environment policy and science (special issue)." *Science, Technology & Human Values* 26, no. 4 (2001)..

- Camille Limoges 1994. *The new production of knowledge - the dynamics of science and research in contemporary societies* . London, Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Greenberg, Daniel S. 2002. *Science, money and politics: political triumph and ethical erosion* University of Chicago Press.
- Guston, David H. 2001. "Boundary organizations in environment policy and science (special issue)." *Science, Technology & Human Values* 26, no. 4.
- , Bruno 1993. *La Clef de Berlin et autres leçons d'un amateur de sciences*. Paris: Editions La Découverte.
- 1993. *We have never been modern*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Lewontin, Richard. 2002. "The Politics of Science." *The New York Review of Books* May 9: 28-31.
- Merton, Robert King 1973. *The sociology of science theoretical and empirical investigations*. Chicago: University of Chicago Press.
- Polanyi, Michael 1997. *Personal knowledge towards a post-critical philosophy*. London: Routledge.
- Schwartzman, Simon, 1997. "A Força do novo." Em Simon Schwartzman, *A redescoberta da cultura*. São Paulo: Edusp - FAPESP.
- , 2001. *Um espaço para a ciência - a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos.

TEMA 2: "O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA IDENTIFICAÇÃO E NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA"

Coordenadora de Mesa: Silvia Picchione (ASA)

- **Marcos Kisil (GIFE)**
Representante do GIFE

As Organizações do Terceiro Setor como "identificadores" e "tradutores", junto aos produtores de Ciência, Tecnologia e Inovação, dos problemas da sociedade.

As organizações de Terceiro Setor são mais que simples "identificadoras e tradutoras" de CT&I. Elas são principalmente produtoras e indutoras do mundo científico... Vivemos hoje em uma sociedade de contrastes. Podemos ser um país desenvolvido e subdesenvolvido ao mesmo tempo. Desenvolvido economicamente (oitava economia mundial) e subdesenvolvido socialmente (69 países de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano). Esta contradição é extremamente preocupante para a sociedade brasileira.

Diante desta realidade se pode olhar o futuro de duas formas: buscando mais desenvolvimento econômico, ou buscando maior desenvolvimento humano e social. Assim, a questão é: se houver desenvolvimento econômico, e por hipótese o Brasil se tornar a maior economia do mundo, o que acontecerá com a sociedade? Infelizmente os dados de diversas nações, incluindo o Brasil, levam a acreditar que haverá uma maior concentração da renda, gerando maior iniquidade na distribuição da riqueza, aumentando significativamente a exclusão social. Diante desse fato, temos que considerar a importância de buscar um melhor desenvolvimento humano e social. Neste sentido é crítico o papel da educação. A sociedade através de seus governos, sociedade civil e empresários devem assumir um papel protagônico de co-responsabilidade em dar atenção a tudo que se refere à melhoria da educação.

Colocado dessa maneira, fica claro que nós vamos ter que entender o que é esse nosso Terceiro Setor, como um elemento que nos ajudaria a melhorar as condições do país. A primeira questão séria é que tenho dificuldades de entender o Terceiro Setor como um Setor. Para mim não é um setor. Se lembrarmos das primeiras lições que aprendemos em álgebra, trigonometria, etc, um setor é um espaço em um círculo que é delimitado, tem um limite. O que chamamos de primeiro setor? É o setor público, claramente definido pela Constituição. Existem limites constitucionais para o papel do Estado. O segundo setor também tem seus limites nas leis do mercado. E elas são inexoráveis: se um negócio não funcionar dentro das leis do mercado ele fecha, é expulso, e desaparece...

Assim, quais são os limites do terceiro setor? O Terceiro Setor não tem limite, porque o Terceiro Setor é onde a sociedade faz acontecer a cidadania. E não existe limite para a cidadania.

A segunda questão importante é que esse processo de construção da cidadania num país como o nosso está se fazendo junto com a construção da democracia. E, junto com a construção de ambos, esta geração ainda assumiu responsabilidade em resgatar uma dívida social que vem desde o período colonial.

Quando falo de governo, reconheço ideologia e linhas de prioridade que lhe garantem uma certa homogeneidade. O mercado, ao procurar o lucro, tem uma certa homogeneidade de comportamento. Nesses últimos 15-20 anos é que percebemos o aparecimento do Terceiro Setor, e aí despontam as organizações da Sociedade Civil. O que temos que reconhecer é que a qualidade das nossas organizações da sociedade civil é muito heterogênea. O Terceiro Setor é heterogêneo. Essa heterogeneidade é muito importante para tentar entender o que podemos fazer no setor.

Muitas organizações estão à beira da ilegalidade, não existe um marco legal onde muitas vezes essas organizações estão registradas. Existe uma estimativa de que há mais ou menos 220 mil ONGs no Brasil. Na informalidade, pode chegar a 750 mil, incluindo movimentos, associações de bairros, associações de pais e mestres que não são registradas. Portanto, não têm vida legal, e assim como podem ser representadas? Estamos num nível de informalidade muito grande.

Outro ponto importante é que essas organizações sociais dependem do voluntariado. Assim, seu forte é a capacidade participativa. A profissão de cientista e professor todo mundo já conhece, a profissão de ativista de ONGs poucos conhecem e reconhecem como uma profissão, e muitas das atividades que são executadas nas ONGs são resultados desse comprometimento voluntário.

Temos que pensar assim que o Terceiro Setor tem dificuldades de se apresentar a uma mesa de negociação sobre CT&I em condições de igualdade com o governo e com os representantes do mercado. Somos heterogêneos em nossas motivações e organizações. Não podemos falar por um Setor. Porém, nós também sabemos que as organizações da sociedade civil fazem a diferença. Somos portadores de um capital humano e social que pode mudar a qualidade de vida da comunidade, estamos, participamos ativamente na construção de uma democracia participativa, somos parte da construção de um diálogo entre Estado e Mercado, e entre Governo e Sociedade. Esse é o grande patrimônio com que entramos num processo de diálogo.

Nossas organizações sociais aprenderam a estabelecer parcerias de distintas ordens. A primeira parceria que facilmente estabelecemos é entre pares. Temos muita facilidade em fazer uma rede social. Aprendemos também a fazer parceria com o setor privado lucrativo, que através de seus programas de

responsabilidade e investimento social se tornaram financiadores e aliados de nossos trabalhos. Aprendemos também progressivamente a ser reconhecido pelo poder público pela nossa eficiência e eficácia em responder aos problemas sociais. Aí está o exemplo da Pastoral da Criança e a redução da mortalidade infantil, com o apoio de verbas do Governo Federal. Somos produtores de bens e serviços. Somos produtores de inovações e tecnologias sociais.

Temos que entender que a nossa sociedade pode, e deve saber trabalhar com os ativos da qual é proprietária, E nós somos parte dos ativos da sociedade. Estamos falando de CT&I. Nós aprendemos a criar e sistematizar tecnologias em desenvolvimento de cidadania. Somos especialistas em construção de cidadania.

A partir desta constatação, a sociedade brasileira tem muito a ganhar em conhecer as organizações que fazem parte deste mal-denominado Terceiro Setor. Temos organizações que são prestadoras de serviços, e que estão presentes nas creches, asilos, escolas, etc. São produtoras de serviços que por diversas razões não existem, ou são insuficientes, ou são de má qualidade, e que deveriam ser de responsabilidade do governo. A sociedade assumiu que é responsabilidade também dela. O segundo grupo são organizações da sociedade civil que advogam certas causas sociais, defendendo crianças, mulheres, ambiente, etc. E temos um terceiro grupo de entidades que são organizações que fazem a geração e sistematização de conhecimento, onde os temas de exclusão social e de tecnologia social são partes da sua agenda. É extremamente importante entendermos o que as outras organizações, advogadas de causas ou produtoras de serviços estão fazendo dentro da área de CT&I. Infelizmente este conhecimento é limitado porque não investimos para conhecê-lo.

Hoje já sabemos reconhecer e valorizar o empreendedorismo social, e não somente o econômico. Assim, qual o papel que nos cabe para o desenvolvimento da CT&I?

Reconhecendo que temos um capital humano com conhecimento e talento para participar ativamente do desenvolvimento social. Reconhecendo que temos também conhecimento, práticas e tecnologias que nós mesmos geramos e aplicamos. Reconhecendo que temos também um capital social representado por distintas redes sociais com permeabilidade em diferentes regiões, municipalidades e bairros. Reconhecendo que todos esses elementos já representam um grande valor que poderia ser agregado a sociedade brasileira é que nos permite afirmar que temos um papel único em identificar, desenvolver, sistematizar, disseminar distintas ações de interesse de uma política nacional de CT&I.

Agora nós estamos também descobrindo que temos um valor econômico. Dados recentes mostram que as ONGs são produtoras de pelo menos 2/3 dos recursos que necessitam para se manter.

O Terceiro Setor é possuidor de um poder real. (em contraposição ao poder formal). Assim está em plena condição de querer e poder participar de um diálogo sobre os rumos da CT&I. Assim, ousamos propor as seguintes ações concretas:

- 1- Que se estabeleça um programa para o mapeamento do que as organizações da sociedade civil sabem fazer, e disseminar.
- 2- Criar um fundo específico para financiar pesquisas de aplicação e uso do conhecimento, e que resultam em tecnologias sociais que tenham reflexos econômicos, sociais e ambientais. Os recursos desse fundo não devem ser acessados diretamente por Universidades ou Centros de Pesquisa. Devem ser utilizados pelas organizações da sociedade civil.
- 3- Criar uma câmara setorial composta por representantes da sociedade civil para estabelecer critérios e prioridades para alocação dos recursos.
- 4- Deveria se criar incentivos para que não só recursos públicos fizessem parte deste fundo. Deveríamos buscar também o recurso privado. Talvez uma lei do tipo de "Lei Rouanet" para CT&I em tecnologias sociais pudesse ser de extremo benefício.

Agradeço a atuação de vocês, ficam essas sugestões e continuamos o diálogo.

Muito obrigado.

- **Luis Fumio Iwata**
Diretor de Ciência, Tecnologia e Cultura
Fundação Banco do Brasil

As Organizações do Terceiro Setor como "difusoras" de Ciência, Tecnologia e Inovação para a sociedade.

A Fundação Banco do Brasil iniciou suas atividades em 1988. Durante 12 anos, atuou como financiadora - período em que apoiou aproximadamente 23 mil projetos. A partir de 1999, fruto de um reposicionamento estratégico, a Fundação passa a direcionar seus recursos a programas específicos, estruturados através de parcerias e alianças.

No ano passado, a Instituição promoveu mais um ajuste em sua forma de atuação, apostando em um novo conceito que promete revolucionar a prática social no país: tecnologia social. Soluções simples, de baixo custo, com resultados comprovados e que podem ser aplicadas em diferentes comunidades que convivem com os mesmos problemas sociais. Assim, o ano de 2001 assistiu ao lançamento e à premiação do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, em abril e novembro respectivamente. Foram 523 inscrições, das quais 128 receberam certificação, passando a integrar o Banco de Tecnologias Sociais.

Iniciativas nas áreas de saúde, habitação, educação, utilização de recursos hídricos, distribuição de renda, entre outras, estão disponíveis no endereço www.cidadania-e.com.br. A *internet*, porém, não é a única forma de disseminação dessas tecnologias. A Fundação está realizando Encontros Temáticos por todo o país; participando de vários eventos voltados para a área de ciência e tecnologia, como feiras, congressos, seminários; além de estar desenvolvendo uma parceria com a Fundação Roberto Marinho, através do Canal Futura, que divulgará filmes sobre as tecnologias sociais. O principal objetivo dessas ações é consolidar o conceito tecnologia social e difundir as soluções existentes.

A Fundação Banco do Brasil quer aproximar soluções dos problemas, atuando como articuladora social. O que significa dizer que investe em ações que propiciam diálogos entre as comunidades, unindo-as em torno de soluções sociais que compartilham. O próximo passo é desenvolver metodologias e disponibilizá-las a outras instituições - ao que chamamos de "franquias sociais".

O processo de identificação de tecnologias sociais torna-se, a partir de agora, constante. Isso porque a Fundação está criando um mecanismo permanente de inclusão dessas iniciativas no Banco de Tecnologias Sociais, imprimindo um ritmo mais dinâmico ao processo. O Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, que é realizado a cada dois anos, deixará de ser a

forma principal de captação, passando a ser mais um incentivo, inclusive aos que tiveram tecnologias certificadas no intervalo entre os Prêmios.

A Fundação Banco do Brasil acredita na criatividade do povo brasileiro, que tem encontrado soluções simples e inusitadas para problemas corriqueiros que assolam muitas comunidades. Mas essas soluções, não raras vezes, ficam restritas aos locais de origem. Quando isso é amplamente divulgado, acontece uma multiplicação de saberes que vão, efetivamente, mudar a realidade social de milhares de pessoas. É exatamente essa multiplicação que se está buscando e daí a aposta nas tecnologias sociais como um poderoso instrumento de transformação social do país.

Obrigado!

- **Sérgio Haddad**
Presidente da Abong

As organizações do Terceiro Setor como "produtores" de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Há uma certa tendência de se confundir Terceiro Setor com Sociedade Civil, o que é complicado. O Terceiro Setor é constituído apenas por alguns setores da Sociedade Civil, setores mais organizados, que se caracterizam como organizações sem fins lucrativos.

Os limites estabelecidos entre o mercado e o Estado não são tão claros, afinal, há dentro do Terceiro Setor toda uma lógica de mercado, como é o caso do mercado de projetos. Por outro lado, muitas vezes, o Terceiro Setor assume responsabilidades do setor público. As próprias Organizações Sociais se caracterizam por ações de parceria com o Estado, o que torna mais difícil a distinção entre o campo do Estado e o da Sociedade Civil. Essa distinção que o Terceiro Setor faz é muito mais operacional, do que propriamente real.

Há também de se criar uma intermediação sobre a idéia de que o Terceiro Setor é constituído apenas por pessoas e organizações do "Bem" Sabemos que o Terceiro Setor é constituído por gente da Sociedade Civil, e na Sociedade Civil tem de tudo. Portanto, classificar o Terceiro Setor só com ações visando o bem comum, não corresponde à realidade, pois sabemos que existem várias "pilantrópicas", que estão mais preocupadas com os interesses privados do que com os públicos. Faço essas ressalvas para desmistificar o Terceiro Setor e poder tratá-lo na devida realidade.

Eu tratarei da produção do conhecimento tendo por referência a parcela das ONG's, que está dentro do Terceiro Setor, e que tem sua ação voltada ao desenvolvimento humano, social, meio ambiente, fortalecimento de bens culturais ou da diversidade.

Esse campo específico é bastante diverso. A Abong fez uma pesquisa no ano passado que revelou os inúmeros temas com que as organizações trabalham.

Temos desde ONG's que atuam diretamente como prestadoras de serviços, na lógica de um ativismo social, até ONG's que são essencialmente de pesquisas; tudo isso dentro desse grande guarda chuva de temas como, direitos sociais, cidadania etc.. Existem organizações pequenas, médias e grandes, têm pessoas voluntárias e têm profissionais. Têm instituições com orçamento anual de 12 milhões de reais, e aquelas de 50 mil reais. É um universo bastante amplo, que trabalha com setores da sociedade e com beneficiários muito diversos (os interessados na pesquisa podem entrar no site da Abong - www.abong.org.br).

As ONG's são obrigadas a buscar o conhecimento necessário para subsidiar a sua prática. Faz parte do seu trabalho, da sua tradição. Daí a aproximação que as Universidades e as Organizações Não Governamentais têm tido. Não é um campo novo. Já, nas pesquisas feitas pelo ISER no início da década de 80, destacava -se que as primeiras ONG's nasceram no período da ditadura, com pessoas vindas de setores da Igreja, Partidos Políticos e Universidade.

É importante notar que a relação entre as Universidades e as ONG's não é nova. Existe uma série de pessoas das Universidades que trabalham em ONG's. Assim, como há exemplos de militantes, ativistas e atores sociais de ONG's que sistematizam seus trabalhos em programas de doutorado ou mestrado, pois entendem que ali existe espaço adequado de diálogo e de sistematização de conhecimento.

Não há novidade na idéia das ONG's como produtoras de CT&I. Desde a sua origem produzem pesquisas para o desenvolvimento de seu trabalho.

A produção de conhecimento que as ONG's fazem, normalmente parte de um problema existente na prática de sua ação social, de seu ativismo. Esta aproximação entre prática e teoria é o que marca o tipo de produção de conhecimento que as ONG's procuram realizar. Esta aproximação, a partir do atores sociais, da cultura local, da forma como esses atores se organizam, é que termina quase por definir um campo particular do fazer das ONGs.

As ONG's que não realizam pesquisas se utilizam do conhecimento produzido por outras instituição produtoras de CT&I. Depois fazem uma espécie de tradução do campo do conhecimento científico para sua ações, numa busca de elementos que possam dar sustentação e suporte à sua prática ativista.

Essas são, ao meu ver, características positivas do desenvolvimento do trabalho das ONG's na sua relação com a CT&I.

Como dificuldades, temos um primeiro fator relativo a institucionalidade das organizações da sociedade civil. Não podemos deixar nas mãos das ONG's a responsabilidade pela produção de Ciência e Tecnologia, em substituição às Universidades, onde tradicionalmente se desenvolvem pesquisas que não estão obrigatoriamente vinculadas a uma ação prática e que consomem longos anos de trabalho. As ONGs não poderiam realizar este tipo de trabalho porque são institucionalmente instáveis, dependem de projetos, muitas vezes não conseguem dar continuidade a pesquisas de longo prazo, ou que exigem um universo muito amplo de realização. Esta é uma característica limitante das ONG's em relação à produção de conhecimento.

Uma segunda dificuldade das ONG's está em universalizar os seus "achados", de sistematizar suas pesquisas, fazendo com que se tornem universais, de maneira que a sociedade possa usufruir os resultados. Temos que levar em consideração que as pesquisas só têm sentido quando se tornam universais ou Políticas Públicas, porque só quando se tornam Políticas Públicas

são capazes de atingir a todos, de maneira qualitativa, sem discriminação. As ONG's tradicionalmente estão mais próximas do seu público específico e só muito recentemente vêm buscando universalizar seus conhecimentos.

Outro ponto crítico está naquilo que é tradicionalmente valorizado como "saber popular" pelas ONGs, aquilo que vem das bases como conhecimento científico. Será que, de fato, todas essas ações podem ser sistematizadas, podem ser aproveitadas? Nem tudo aquilo que é de natureza popular, que é produzido na base da sociedade, pode ser considerado produto científico. Por outro lado, não podemos desprezar o saber popular, apenas por não vir do âmbito acadêmico. Há, de fato, um conhecimento que nasce na prática do cotidiano destas populações. Há aí um interessante tema a ser considerado.

Um último aspecto crítico é que a produção científica das ONGs, pela forma como é realizada, e principalmente pela idéia de que está num campo muito particular do desenvolvimento da cidadania, fica no meio termo, porque, apesar da sua contribuição, não é reconhecida na arquitetura da produção da ciência e tecnologia nacional.

Assim como o Terceiro Setor tem problemas com referência à um marco legal que regule as relações entre o Estado e a Sociedade Civil, também no campo da produção científica o Terceiro Setor encontra as mesmas dificuldades de reconhecimento e regulação no marco daquilo que é hoje o campo dos mecanismos da ciência e tecnologia no Brasil. Portanto, o problema é como constituir este marco regulatório, que reconheça a produção da ciência pelas ONGs no panorama mais global das ações da área de Ciência e Tecnologia. Um dos inconvenientes está na própria condição de reconhecimento do papel das ONGs na sociedade e na sua regulação; a produção das ciências acaba sofrendo com essas mesmas dificuldades.

É isso basicamente que gostaria de dizer. Obrigado!

TEMA 3: "PARTICIPAÇÃO E PAPEL DO EXECUTIVO, DO LEGISLATIVO E DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUINDO A DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO"

Coordenador da mesa: Jorg Zimmerman

- **André Amaral Araújo**
Secretário Adjunto do MCT

Como o Executivo "escuta" a sociedade e outros segmentos do governo para definir as prioridades e políticas públicas, incluindo a de Ciência, Tecnologia e Inovação, e suas prioridades.

É um privilégio fazer parte de uma mesa com Erundina e Irma. Quero agradecer ao comitê de organização do evento, a iniciativa que é extremamente positiva, eu trabalho 25 anos na área de C&T. Trabalhei no primeiro governo do Fernando Henrique Cardoso como diretor de planejamento no Ministério do Planejamento e voltei ao Ministério de Ciência e Tecnologia em 1.999. Fui diretor da FINEP até pouco tempo atrás e agora estou na Secretária Executiva do MCT. A minha experiência no Ministério do Planejamento foi muito interessante, foram quatro anos muito ricos, quatro anos de retomada de planejamento, tentando reorganizar o setor que estava desmontado há quinze anos no país, e ao mesmo tempo procurando vivenciar uma série de experiências que estavam começando a acontecer no país, especialmente aquelas no que se referem ao orçamento participativo.

É uma enorme satisfação estar num plenário desse tipo, isto porque eu considero que a nossa sociedade civil é dispersiva, nós temos uma sociedade política em processo de organização, em que pesem alguns esforços de alguns partidos políticos, temos uma tradição de enormes dificuldades de organização.

Há pouco tempo estávamos fazendo alguns estudos na linha dos chamados arranjos produtivos locais. Existe uma proliferação de conceitos para se discutir a questão do desenvolvimento local, e estávamos fazendo mais um estudo, sendo que um dos casos se voltava para a *Indústria de Calçados no Brasil*. Felizmente tivemos a sabedoria de pedir ajuda a alguns cientistas políticos, para que a discussão pudesse sair fora um pouco do economicismo que ela tem sido travada, e foi fantástica a iniciativa, pois logo na primeira reunião, os cientistas políticos esclareceram que o setor tem mais de cem associações de trabalhadores e mais cem de associações patronais.

É fantástico porque para se tratar de desenvolvimento local sustentado, o conceito chave é a cooperação, a solidariedade, dentro do processo de organização de uma política local. Nesse exemplo o arranjo institucional para a cooperação, ou solidariedade, implica em reconhecer um complexo quadro, um mundo institucional, que tem no país cerca de 200 associações só de calçados.

Temos que ser plural, mas acho que estamos exagerando um pouco da pluralidade, temos uma certa dificuldade em fazer com que nossa sociedade civil consiga se manifestar de uma forma mais integrada.

Quando me chamaram para participar desse evento, mais uma vez me veio a dúvida e grande dificuldade que tenho em entender o setor. Existe uma grande diversidade de instituições nessa área e é difícil ter claro qual é a interlocução. Nós estamos tratando de uma ação política dentro da sociedade civil, se essa é a forma de se organizar, isso também pode ter um rebatimento no poder legislativo, e tem uma certa influência na sociedade política. Infelizmente o Brasil ainda não tem um projeto nacional, o projeto não é ideológico, enfim nós estamos tratando de uma forma de organização da produção que substitui algumas funções do Estado, alguns papéis que ele poderia exercer e não exerce, por ausência, insuficiência, por incapacidade política. Nós estamos tratando de quê?

O setor tem uma multiplicidade de manifestações, e quando pego a lista dos participantes desse evento podemos ver isso, é até uma certa dificuldade na clareza em relação interlocução. De qualquer maneira o que tem de fundamental nisso aqui é coisa plural. É difícil tentar fazer uma avaliação mais clara do ponto de vista de articulação política, quer seja de execução de políticas públicas, quer seja do ponto de vista de entender qual é a manifestação que está se apresentando. De qualquer forma ela é positiva, instigadora.

Estamos vivendo apenas 10 anos de democracia, felizmente, espero passar por um longo período de democracia, porque o século XX no país foi um período de "gaps" democráticos e não uma construção de uma sociedade democrática. Acho que agora estamos começando a viver isso.

Essa forma com que a sociedade civil começa a se expressar, esse novo arranjo institucional revela um novo ator político que começa a ter presença na sociedade. Então é fundamental que tenhamos clareza desse papel. A Erundina chamou atenção para o estabelecimento de alguns mecanismos de interlocução, alguns canais que começam a se abrir, alguns canais que começam a se institucionalizar, mas esses canais dependem também, de um mínimo de convergência, para que o dialogo ocorra.

O que nós temos feito? Infelizmente no planejamento não tivemos muita sorte, eram poucos os estados e municípios que tinham iniciativas, por exemplo, voltadas para o orçamento participativo, para qual o papel das organizações não governamentais é sem dúvida relevante. Nossos companheiros do Rio Grande do Sul, nos ensinaram muitas coisas nessa linha, e talvez tenha sido a melhor experiência que vivenciamos no final da década de 90.

Mas agora na área de Ciência e Tecnologia, felizmente avançamos significativamente nessa direção; eu não me recordo em nenhum governo

anterior, que tenha estabelecido canais de convergência de alinhamento com a sociedade civil, que pudesse fortalecer essa área. O governo do Presidente Fernando Henrique, tanto no primeiro como no segundo mandato, em particular nas áreas da educação, do trabalho, na comunidade solidária, abriu diversos canais de participação para as ONGs.

Explicitamente foi o governo que fomentou a organização da sociedade civil. As organizações não governamentais encontraram nesse governo uma fantástica abertura de diálogo, coisa que eu não me recordo em outros governos, é um registro histórico, quando ressaltamos isso é importante lembrarmos que “estamos apenas começando... estamos ainda na “fase infantil” desse processo de entendimento do que seja a relação da sociedade civil com o Estado.

Nessa gestão conseguimos fazer um trabalho, que responde a uma demanda de 30 – 40 anos da comunidade científica. Fizemos o que foi feito para o BNDES e CEF, que são fundos permanentes, financiamentos com fontes mais estáveis, para produção científica.

Há 30 anos, já discutíamos isso na área de C&T e finalmente conseguimos fazer um novo marco regulatório estabelecendo novas fontes de financiamento, e não só expandindo os recursos, mas criando um vínculo com fontes estáveis de recursos. Fundos vinculados nos últimos anos eram considerados inviáveis. Contudo o mais interessante, não foi ter feito isso. Foi ter criado ou iniciado um novo modelo de gestão de recursos na área de C&T com a participação de representantes do setor produtivo e da comunidade científica. São chamados Comitês Gestores dos fundos setoriais de C&T. Isso é uma novidade, porque não se trata daquele modelo estruturado especialmente dentro do CNPq, que são Comitês Assessores, Comitês de Pares, Comitês de Especialistas, mas de montar uma representação envolvendo os diversos interesses da Sociedade, através da mobilização de representantes da comunidade, do setor produtivo e do Estado.

Hoje temos 14 fundos setoriais, com 14 comitês, sendo que 3 ainda estão sendo constituídos. Isso não existia na área de C&T. Existe na área de educação, do trabalho e na área de C&T não tínhamos uma estrutura de gestão desse tipo. Estamos construindo de fato um novo modelo de gestão. Estamos começando a criar um canal de articulação com a Sociedade, com uma representação mais ampla, embora restrito aos segmentos mais ligados a produção do conhecimento. É uma experiência nova, é mais uma possibilidade que o poder executivo oferta para a sociedade, e isso tem haver com um novo ambiente da gestão de C&T no cenário mundial, marcado pelo que chamamos de *Sociedade do Conhecimento*.

Eu não gostaria de entrar na discussão do que seja Sociedade do Conhecimento, Sociedade da Informação, porque a questão aqui tem que ser uma questão prática. Como a gente estabelece e cria esses canais.

A área de C&T no país, finalmente não só avança no ponto de vista de expandir os seus recursos, como também ela avança em abrir esses canais de participação. É importante que essas manifestações, mesmo que nós tenhamos em mente que a pluralidade é fundamental do ponto de vista de manifestação da sociedade, mas na hora em que temos que convergir na formulação de políticas públicas tem que haver um consenso maior, uma convergência maior nessa forma de organização.

Então acho que estamos vivendo um momento particular, porque não se trata apenas de uma manifestação só uma manifestação do Poder Executivo em relação à Sociedade. Esse Estado que estamos começando a construir é absolutamente simpático a isso, até mesmo a reforma de estado por mais crítica e oposição que tenha sofrido, nos últimos dois governos, é absolutamente clara e sinalizadora do ponto de vista da participação da sociedade civil. Além da lei que a Erundina citou, o Estado cria as chamadas Organizações Sociais.

O Estado se propõe a transferir uma parte da sua produção para a Sociedade. Há uma sinalização muito forte para construir essa articulação. Não se trata mais de se discutir como a Sociedade Civil entra nessa história, tratasse de saber como se entra? Como se organiza isso? Que tipos de convergências nós temos? Que tipo de questões temáticas devem ser ressaltadas e que devem ser priorizadas na chamada Agenda Brasil, projeto Brasil, aquilo que os nossos candidatos pudessem explicitar de forma mais clara. Nenhum deles tem uma análise muito clara sobre o que está acontecendo na sociedade brasileira. Não se trata mais de uma sinalização desse tipo, mas de um outro patamar.

Entendo que isso é uma sinalização mais forte. Creio que acabamos com o que chamamos de Estado Autoritário. O Estado Autoritário ou cansou ou desistiu, as forças que o sustentavam não tem mais o poder que tinham antes. Esse Novo Estado não é mais aquele Estado, é um Estado que claramente quer participação e interação. A questão que está em pauta hoje é como? Como organizar? Como convergir temas, questões...? Como se articular? Como se estabelecer projetos? Como estabelecer agendas de participação, agendas de construção de políticas.

Eu entendo que estamos assim num estágio um pouco mais a frente do que estávamos vivendo no passado, tão recente. Obrigado e é isso que tenho a dizer!

- **Dep. Luiza Erundina**
Comissão CCTCI- Câmara Deputados

Como o Legislativo participa e discute as políticas públicas, incluindo as de Ciência, Tecnologia e Inovação. Quais inputs são considerados para obtenção de informações qualificadas para embasar a tomada de decisões sobre essas políticas públicas, incluindo a de Ciência, Tecnologia e Inovação;

Quero saudar os membros da mesa, cumprimentar o plenário e dizer do meu entusiasmo por iniciativas como esta, pois, assim, se consegue avançar e contribuir para que o Estado e os governos tenham mais sintonia com a sociedade.

Represento aqui a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática que atua de forma integrada e próxima do Ministério da Ciência e Tecnologia, mesmo pertencendo a um outro poder.

Os atuais membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática se empenham para que esta Comissão não se restrinja à apreciação e votação de projetos de lei de iniciativa, tanto do Executivo como do Legislativo, mas que também participe de ações de interesse da sociedade brasileira.

Sobre o "papel do Legislativo na construção de políticas públicas" , que é o tem deste debate, começaria dizendo que o Poder Legislativo tem participação bastante limitada na construção de políticas públicas, pois seu papel se restringe a apreciar e votar iniciativas do Poder Executivo. Antes de tudo, porque, no sistema presidencialista, o poder está fortemente centralizado no Executivo. Mesmo com os avanços da Constituição de 1988, o Legislativo ainda tem insuficiente autonomia e excessiva dependência em relação ao Executivo. Isto se dá na atual legislatura, principalmente pela desfavorável correlação de forças entre situação e oposição, ocorrendo verdadeiro rolo compressor do Executivo sobre o Legislativo, agravado pela atitude quase sempre submissa dos Presidentes da Câmara e do Senado na sua relação com o chefe do poder Executivo.

Desse modo, o poder de interferência do Legislativo é bastante limitado, restringindo-se, quase sempre, a homologar as iniciativas e decisões do poder Executivo.

A quantidade de projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo que são aprovados é muito mais elevado do que os de autoria dos próprios parlamentares, além do excessivo número de Medidas Provisórias editadas e reeditadas sucessivas vezes pelo Executivo, usurpando, assim, o poder de legislar.

Portanto, a interferência do Poder Legislativo e, em conseqüência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática na definição das políticas públicas é bastante limitada.

Não obstante, o Legislativo tem utilizado alguns mecanismos para ampliar sua participação na discussão de temas e elaboração de propostas que acabam por influir na definição e nas decisões a respeito das políticas públicas.

Citaria, como exemplos, as Conferências Nacionais, os Seminários temáticos e as Audiências Públicas que o Legislativo, através de suas Comissões Permanentes, freqüentemente promove, para debater questões de interesse da sociedade e formular propostas que poderão influenciar na formulação das políticas públicas. Assim, a participação do Poder Legislativo se dá de forma prepositiva e não apenas reativa quando aprecia e vota iniciativas do Poder Executivo.

O Legislativo participa ainda da definição das políticas públicas quando aprecia, modifica e vota as propostas do Executivo referentes ao Plano Plurianual de Investimentos, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei do Orçamento da União apresentadas e votadas anualmente e que consubstanciam as políticas públicas e prioridades do governo.

Esses são, pois, os principais mecanismos através dos quais o Legislativo tem alguma possibilidade de influir na definição das políticas públicas.

Vale ressaltar, entretanto, que a Lei Orçamentária não é imperativa, pois tem caráter meramente autorizativo, o que significa que sua execução fica a critério, exclusivamente, do Executivo que poderá cumprir ou não o que foi deliberado pelo Legislativo. Por isso freqüentemente se ouve dizer que a Lei Orçamentária é uma peça de ficção. Em todo caso é um dos instrumentos de que dispõe o Legislativo para procurar influir na definição das políticas públicas.

Apesar de todas essas limitações, convém registrar os avanços que estão ocorrendo. Lembraria, por exemplo, a criação em maio de 2002 da Comissão Permanente de Legislação Participativa, que é um importante mecanismo de democracia participativa. Até então, pouco se tinha concretizado em relação às conquistas da Constituição Federal de 1988 em termos da democracia participativa. Prova disto, é o fato de que o único projeto de lei de iniciativa popular apresentado à Câmara dos Deputados já tem onze anos e até hoje sequer constou da pauta para ser votado, não obstante sua importância, pois trata da criação do Fundo e Programa Nacional de Moradia de Interesse Social.

São tantas as exigências e complicações para a sociedade ter acesso a um direito previsto na Constituição, que deixa de ser realmente uma conquista.

Com vistas a simplificar os procedimentos e viabilizar o acesso ao direito de apresentar e aprovar projeto de lei de iniciativa popular entrei no início da atual legislatura com uma Proposta de Emenda Constitucional e, até hoje, sequer a Comissão Especial para analisar e dar parecer sobre a proposta foi constituída.

Daí a importância e o significado da criação da Comissão Permanente de Legislação Participativa que já recebeu e votou mais de sessenta Sugestões de Projetos de Lei de iniciativa da sociedade civil organizada, já tendo, inclusive, sido aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados o primeiro projeto de lei da Comissão Permanente de Legislação Participativa por Sugestão de uma entidade da sociedade.

A maior parte das sugestões até agora apresentadas diz respeito a temas referentes a diversas políticas públicas, o que indica que a Comissão Permanente de Legislação Participativa representa, de fato, uma ponte entre a sociedade civil organizada e o Poder Legislativo, o que viabiliza a participação popular junto ao Legislativo na apresentação de propostas que certamente influenciarão na definição das políticas públicas.

Esse mecanismo de democracia participativa está tendo grande aceitação e seus limites poderão ser alargados à medida que os organismos da sociedade forem se apropriando desse espaço.

Experiências semelhantes existem em outros países há muito tempo, porém a experiência brasileira nesse aspecto é mais avançada, pois estimula a organização da sociedade no sentido de se habilitar ao exercício da democracia participativa, enquanto que nos outros países essa participação se dá por iniciativa individual.

Além disso, a Comissão Permanente de Legislação Participativa elaborou um texto de fácil compreensão que instrui a mais simples entidade comunitária sobre como apresentar sugestão de projeto de lei. É uma CARTILHA que foi distribuída a todas as entidades da sociedade civil existentes no país, o que estimulou e possibilitou a apresentação de onze sugestões de emendas ao Orçamento da União de 2002, tendo sido aprovadas cinco delas, num total de aproximadamente 40 milhões de reais. Certamente é ainda muito pouco, mas podemos considerar esse resultado promissor como embrião do orçamento participativo no âmbito federal.

É verdade que a liberação desses recursos depende do Executivo e, para isso, as entidades interessadas terão que pressionar os respectivos ministérios que executam o orçamento, já que este não é imperativo.

Em todo caso, a existência da Comissão Permanente de Legislação Participativa como mecanismo de democracia participativa é uma conquista importante a ser celebrada e que vem estimulando iniciativas semelhantes em alguns Legislativos estaduais e municipais.

É o exercício da cidadania política que começa a se efetivar na esfera do poder legislativo ampliando, assim, sua capacidade de influir na definição das políticas públicas que interessam ao conjunto da sociedade.

A contribuição do Poder Legislativo nesse sentido se dá, portanto, através de suas Comissões Permanentes e de todas as iniciativas que promove com a participação da sociedade, resultando em sugestões e propostas que terminam por influir na definição das políticas públicas.

Faltam, entretanto, mecanismos de articulação e integração das políticas públicas, com vistas a superar a fragmentação dessas políticas, sobretudo, no processo de elaboração do orçamento que se dá de forma fragmentada e setorializada. Precisamos, pois, avançar na concepção e na construção das políticas públicas e o Poder Legislativo deve também contribuir para isso.

▪ **Isabelle Maria Jacqueline Meunier**

Secretaria das Entidades Ambientistas do Nordeste - SEAN

Como e mediante que instrumentos, disponíveis ou a serem criados, as Organizações do Terceiro Setor participam como atores relevantes no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, inclusive a de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na verdade, parece que as fases do nosso encontro foram propositadamente conduzidas em direção a alguns pontos aparentemente consensuais. Ontem, nós identificamos, em vários grupos de discussão, a relevância e a oportunidade de se contar com instâncias que representam coletivos de organizações do 3º Setor, formalizadas ou não.

A SEAN – Secretaria das Entidades Ambientistas do Nordeste, é uma tentativa de coletivo, objetivando articular as entidades ambientalistas nordestinas. Este modelo, embora mereça ser apresentado como iniciativa pioneira, pois remete-nos a década de 90, anterior a Eco 92, não contribui muito como proposição em relação aos instrumentos de elaboração e implementação de política de ciência e tecnologia, mas pode ser útil para embasar reflexões.

A SEAN surgiu da reunião de 30 entidades não governamentais que têm como missão a defesa do meio ambiente. A SEAN não é uma associação de entidades e nem pretende representá-las. Em sua busca de articulação já promoveu 7 (sete) encontros, publicou o Jornal Ambientalista do Nordeste e congrega 150 entidades, atualmente. Está sob a coordenação compartilhada da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN) e de entidades da Paraíba e do Ceará.

A SEAN está voltada principalmente ao cumprimento de tarefas delegadas pelas entidades, à troca de informações e à organização de eventos. A limitação do seu funcionamento reside nas dificuldades operacionais.

E interesse notar que, ao longo de mais de 10 anos, a SEAN nunca elaborou projetos formais nas áreas de Ciência e Tecnologia, por considerar os mecanismos formais inatingíveis. Tem, sim, participado da elaboração e condução de Políticas Públicas de Meio Ambiente, criando caminhos para o diálogo e incentivando a participação das entidades. E é preciso ressaltar que, mais do que em qualquer outra área, no seio do movimento ambientalista, valoriza-se mais do que tudo a pluralidade e a dinâmica das entidades.

Mas, além deste enfoque “descritivo”, temos alguma coisa a mais a colocar: Por que se busca aqui o reconhecimento da estrutura oficial da política de C&T? O que se busca? Apenas uma mudança de paradigma (o que é muito, com certeza)? Por que buscamos a “aceitação” formal, se reconhecemos aqui

nosso papel como mediadores, inspiradores, tradutores, produtores e fiscalizadores da real dinâmica de política de pesquisa no Brasil?

A pesquisa existe e ela não pode dispensar antes de qualquer coisa, a competência (e esta, sem dúvida, supera e transcende a qualificação e as produções científicas são efeitos e indicadores, e não sinônimos), o compromisso e os recursos para sua realização.

Verdadeiras ONGs ambientalistas e a pesquisa científica têm pelo menos um grande ponto em comum, a busca de mudanças. Sendo assim, é inegável que se pode caminhar em direção a produção de conhecimentos, com ou sem o reconhecimento oficial.

Antes de se inserir na matriz oficial de C&T, cabe ao 3º Setor fazer algumas perguntas: Qual a nossa Política de C&T? Todos conhecem seus objetivos, diretrizes e instrumentos?

Não estaremos valorizando e buscando aceitação em um cenário que pouco conhecemos?

Que avaliação podemos fazer da política de C&T? Quais os indicadores e, muito mais do que isto, qual a efetividade desta política? Como se dá o controle social da Política de C&T no Brasil? E, finalmente, qual a política que será adequada ao desenvolvimento de C&T pelo 3º Setor e, mais ainda, adequadamente e significativa para o Brasil?

Apontar instrumentos e definir critérios exigirá, além de construir canais de interlocução, buscar o conhecimento das múltiplas faces do 3º Setor e penetrar no edifício ainda hermético da C&T oficial.

Obrigado!

VI - SÍNTESE DOS RESULTADOS DOS DEBATES EM GRUPO:

TEMA 1: "CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA" GRUPO 1

Sob a influência das idéias que circularam na plenária, um dos participantes interveio com uma observação equivalente a do físico norte-americano J. Robert Oppenheimer que, em 1955, declarou: "para a ciência, a idade da inocência acabou", sentença que surge no pós-guerra e condiz com o debate sobre CT&I enquanto atividade social, com constante renovação de questionamentos, avaliando como os diferentes atores do sistema se percebem e interagem diante das necessidades mais prementes da sociedade.

Constataram-se as imensas dificuldades e lacunas nos processos de comunicação entre o sistema de CT&I e a sociedade e o fato de não ser evidente que o investimento privado se dê em comum acordo com o social, sendo a sociedade a mantenedora da

sustentabilidade do desenvolvimento científico e tecnológico. Propõe-se que o Terceiro Setor use a sua capilaridade para desempenhar o papel de articulador de canais de comunicação entre as comunidades técnico-científicas e a sociedade. As universidades também teriam um papel decisivo para o estabelecimento de parcerias e de interlocução.

Como percebe-se um distanciamento e desconhecimento recíproco entre o Terceiro Setor, o governo e a iniciativa privada, as iniciativas de aproximação devem incluir a participação contínua em fóruns, seminários e reuniões temáticas que permitam maior proximidade e interação entre os atores do sistema de CT&I, sejam do setor público ou privado, e as organizações da sociedade civil.

Relato feito na sessão plenária:

- O grupo diagnosticou que há, de fato, imensa dificuldade de comunicação entre CT&I e Sociedade e vice versa.
- O grupo sugere que o Terceiro Setor use a própria capilaridade para ser o articulador de canais de comunicação entre a comunidade científica e a sociedade, usando, ou melhor, chamando a universidade.
- O grupo também sugere que as OTS busquem participar do maior número de fórum de articulação entre C T & I e sociedade.
- Sugere ainda que as OTS busquem ser mais bem percebidas por governo e empresas, mas, sobretudo governo, buscando também se aproximar dos fundos oficiais.

Por não ter uma idéia exata do que é o Terceiro Setor, o governo não sabe quantificar os recursos e para quem destiná-los. Os economistas no governo, ao realizarem suas análises econômicas não levam em consideração de forma correta a visão do social, o índice de desenvolvimento humano. Isso é papel fundamental do economista pois a economia é uma ciência social.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) foi apontado como um intermediário importante que surge no horizonte do sistema de CT&I. Houve quem sugerisse que o Terceiro Setor recebesse uma canalização dos recursos disponíveis nos Fundos Setoriais via CGEE e que houvesse representatividade das OTS no Legislativo para o encaminhamento de questões de seu interesse. Ressaltou-se que a captação de recursos deve ser feita não só junto ao governo, mas também nas empresas.

✓ GRUPO 1: "AZALÉIA"

PAULO CESAR G EGLER (ABC/DF)
ROGÉRIO DARDEAU (CERIS/RJ) **Relator**
WAGNER SOUZA LIMA (FUND. PHOENIX/SE)
SORAYA FLEISCHER (ISPN)
MAURÍCIO LISSOVSKY (ISER/RJ)
MARIA RAQUEL M MATTEDI (CAPINA)
CESARE GIUSEPPE GALVAN (CENTRO JOSUÉ DE CASTRO)
GLÁUCIA MA. DE MELO GALVAN (SOS CONSULTORIA AMBIENTAL)
RENATO SANTOS DA SILVA (RECICLE MILHÕES DE VIDAS/SP)
LUIZ ALBERTO MIRAGLIA (MDIC)

TEMA 1: "CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA".

GRUPO 2

Alguns defendem que a tecnologia em si não tem ideologia, outros contra-argumentam que a tecnologia tem, sim, um conteúdo ideológico, pois seu processo de elaboração é determinado pelas decisões que são tomadas durante sua construção. Nesse sentido, um momento estratégico de participação e capacidade de intervenção se dá quando os planos plurianuais dos municípios são concebidos, procurando sempre fazer interagir os três pilares do desenvolvimento: governo, setor privado e sociedade civil organizada.

Quando na plenária fez-se alusão ao termo "radicalização da democracia", o que isso quer dizer? Possivelmente, um falso conceito, pois, sem que haja recuperação e promoção da cidadania, não se tem uma democracia plena.

Influenciar a opção e concepção dos temas relacionados a CT&I nos meios de comunicação

traria dividendos, especialmente para se demarcar e explicitar as necessidades diferenciadas por setores e regiões do país e as respectivas soluções, pertinentes para cada contexto.

Relato feito na sessão plenária:

- O grupo considera que existe contribuição da C T & I para a melhoria da qualidade de vida da população, mas, que essa contribuição deve ser aperfeiçoada a partir de um:

"Projeto Integrado para a construção da Nação Brasileira, tendo na CT&I um meio de fortalecimento da democracia e plena conquista da cidadania".

Estratégias:

Estabelecer canais estruturados de informação de amplo acesso e confiabilidade durante o processo de produção, comunicação e divulgação que permitam o acompanhamento dos processos de tomada de decisão (intensificar a participação);

2. Estabelecer uma relação mais ampla entre a universidade, os centros de pesquisa e as Organizações da Sociedade Civil com as bases locais, a partir de suas reais demandas e carências;

3. Maior articulação entre os parceiros do 3º. Setor: Governo, Empresa, Sociedade Civil e legislativo;

O desenvolvimento da C&T tem que ter uma correspondência na EDUCAÇÃO, como capital social, condição de aproveitamento de suas conquistas

✓ GRUPO 2: "HORTÊNCIA"

CÉLIA VIEIRA V BELLO (OMNIA)

MARIA ADÉLIA OLIVEIRA (ASPAN)

RAIMUNDO D LIMA (CEARAH PERIFERIA)

FRANCISCO MARIANO (FINEP)

SHEILA P. ANDRADE (CENEP) **Relatora**

NILTON S FREIRE DE MELLO (MOC)

ARI FROZZA (AOPA)

INGRID SARTI (SBPC)

TEMA 1: "CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA".

GRUPO 3

No contexto em que o sistema de ensino do país permanece altamente elitizado, vê-se como conseqüência um distanciamento e uma desvalorização do "saber popular" por parte da comunidade científica. Um dos participantes ilustra a sua visão sobre essa questão com o exemplo dos agricultores que têm uma experiência e um conjunto de saberes, vivenciados no campo, que passam de pai para filho e têm resultado em benefícios e práticas aprimoradas para essas famílias e comunidades. Por vezes, esses conhecimentos são investigados por pesquisadores estrangeiros e pouco valorizados pelos pesquisadores do país. Acrescenta ser necessário saber selecionar esses conhecimentos – embora estejam à margem do sistema formal de produção de conhecimento – e disseminá-los com o intuito de favorecer outras comunidades.

Relato feito na sessão plenária:

QUESTÕES LEVANTADAS:

1. Educação altamente elitizada – convênio MEC – USAID
2. A utilização da CT&I para implementação de políticas que não consideram as populações locais e as soluções alternativas;
3. A existência de "sabedoria popular" no que diz respeito à solução de problemas locais. Estas são testadas na prática e são eficazes;
4. A necessidade de um maior diálogo entre a academia e a sociedade civil. Os representantes do 3º. setor como sendo "contribuidores" para este processo.

Outra instância citada, em que se observa um distanciamento com relação a esses conhecimentos que circulam fora da esfera oficial da produção de CT&I, é aquela responsável pela elaboração de políticas públicas em que CT&I fazem a diferença. Houve menção à crise energética vivenciada no país, oportunidade para se aventar os potenciais de utilização de fontes alternativas de energia, especialmente a solar e eólica, para determinadas comunidades.

O consenso do grupo aponta para o estabelecimento de canais de comunicação que possibilitem um diálogo entre a academia e a sociedade civil. Para tanto, é preciso fazer reconhecer o Terceiro Setor no meio acadêmico-científico como colaboradores para a interação entre a academia, o governo e a sociedade.

À produção oficial do conhecimento foi direcionada a crítica sobre o seu distanciamento da população e do baixo retorno prático que os trabalhos realizados oferecem à sociedade, entre os quais existe toda uma produção inacessível para a população em geral. Há que se repensar os velhos paradigmas da academia em que a valorização de performance está centrada na

produção, apresentação e publicação de trabalhos científicos sem que o endereçamento das questões locais consiga despertar o mesmo valor de mérito no cômputo da qualidade da produção nacional de CT&I.

✓ **GRUPO 3: "JASMIM"**

CARLO ARENA (OMNIA/COESÃO SOCIAL)
EDISON RIBEIRO DOS SANTOS (FUNDIFRAN)
SILVIA A PICCHIONI (ASA)
ANDRÉ PEREIRA DE CARVALHO (AMIGOS DA TERRA)
HOBERT SANTANA (FUNDIPESCA)
MARIA LÚCIA SIGOLO (WIDAR)
DALBERTO ADULIS (RITS)

TEMA 1: "CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA"

GRUPO 4

Ao abordarem a questão sobre "como a sociedade percebe a CT&I" e "como os produtores de CT&I percebem a sociedade", destacou-se uma reflexão sobre a evolução do contexto de produção da ciência. Houve um período em que os cientistas se "encastelavam" e as teses eram produzidas com uma justificativa de existência em si próprias, servindo, muitas vezes, para preencher as prateleiras das bibliotecas. Com o tempo, há modificações que vêm surgindo e são, muitas vezes, provocadas pela sociedade civil organizada que busca espaços de interlocução com o governo e a academia.

Exemplifica-se com a questão do aquecimento da temperatura global, fenômeno que afeta toda a população e teve, inicialmente, uma discussão restrita à academia e aos gabinetes do

poder, apesar de ter sido uma discussão iniciada no Rio-92. "À sociedade o que compete discutir?", questiona um dos participantes. Defende-se que as organizações não-governamentais tenham condições de conduzir esse debate. Nesse caso específico, montaram um programa, chamaram os cientistas, traduziram a questão em uma linguagem acessível, redigiram cartilhas, democratizaram as discussões. O Observatório do Clima dá continuidade a essas iniciativas.

Relato feito na sessão plenária:

Problemas da "percepção" da CT&I pela sociedade e na "percepção" da sociedade pelos produtores de CT&I.

Problemas:

1. Espaços de interlocução entre Governo, Academia e Sociedade Civil;
2. Falta de reconhecimento e de valorização do conhecimento advindo das experiências vividas pelas comunidades;
3. A não disseminação das tecnologias alternativas;
4. Disparidade nos investimentos nos setores oficiais e não oficiais que na maioria das vezes respondem às demandas concretas das comunidades e têm grande eficácia;
5. Dificuldade de acesso às tecnologias de informação;

Sugestões:

1. Avançar no reconhecimento da importância da Inovação;
2. Contemplar a questão de gênero, raça e etnia nas discussões de CT&I;
3. "Refinar" a gestão das políticas públicas, especialmente as mais avançadas e voltá-las para as demandas da população;
4. Ampliar a capacidade das outras esferas de poder e da sociedade civil de implementar e fazer a gestão dos programas de CT&I;
5. Instrumentalizar os programas de CT&I para que sejam capazes de gerar emprego e renda;
6. Criação de espaços de locução e participação da Sociedade Civil nas instâncias de decisão;
7. Democratização das discussões de CT&I.

Trata-se de uma rede criada por 26 organizações não-governamentais ambientalistas e movimentos sociais com o propósito de influenciar na formulação de políticas públicas e aumentar a conscientização e mobilização social em torno do tema.

“Falta o reconhecimento e a valorização do conhecimento advindo das experiências vividas pelas comunidades”, o que é exemplificado com a menção ao Projeto Um Milhão de Cisternas, construídas para a captação da água da chuva, que foi a adaptação feita por um pedreiro que aprendeu a fazer piscinas em São Paulo, levou essa experiência para o Nordeste e obteve reconhecimento pelo benefício que propiciou com a disseminação desse “saber-fazer”. Quando se observa a disparidade entre os investimentos que são feitos entre os setores oficiais e não-oficiais, projetos como esses são lembrados pois respondem a demandas concretas da comunidade, são facilmente replicáveis, eficazes e de baixo custo.

É preciso haver uma forma diferenciada de financiamento pois atualmente o pesquisador serve como um canal, muitas vezes, para se ir buscar recursos; não existe uma linha de apoio direta. O Brasil teve nos últimos anos uma resposta enorme aos investimentos realizados. O Nordeste é um outro universo, um outro esquema de competição se comparado a São Paulo. Os recursos são escassos, as universidades apresentam essa percepção, tanto que às iniciativas de grupos institucionais, a universidade empresta o seu prestígio. A própria Embrapa já vivenciou essa época de não ter em sua estrutura de planejamento a inclusão da sociedade civil. Autocrítica que ela própria faz atualmente, e isso mudou, haja vista o que está ocorrendo com a fruticultura no Nordeste.

Lembra-se que no passado não se falava em inovação, seguindo-se ao termo C&T, isso significa que algo é incrementado, alguém melhorou um processo. “Como é que se faz isso”? A ampliação desse conceito resulta na importância de se ter uma população competente tanto na educação básica, secundária e técnica, ou seja, competente de maneira generalizada. Há um problema de gestão inevitável ao se ampliar o horizonte de atuação do Estado. O governo não tem a capacidade de fazer o que a sociedade deve fazer por ela mesma. No governo federal a problemática envolve uma questão de implementação. É importante haver uma expansão para outras instâncias de governo, estadual e municipal.

✓ GRUPO 4: “CAMÉLIA”

MIRIAM DUAILIBI (INSTITUTO ECOAR PARA A CIDADANIA) **Relatora**

JOSÉ ALDO DOS SANTOS (CENTRO SABIÁ)

CARLOS E DE SOUZA LEITE (SASOP)

ISABELLE M J MEUNIER (SEAN)

ELIANA MARIA CUSTÓDIO (GELEDÉS)

VALMIR ANTÔNIO DE LEMOS (INAI)

SIMON SCHWARTZMAN (AIR BRASIL)

MARCONDES M DE ARAÚJO (OMNIA COESÃO SOCIAL)

CLÁUDIA S. CUNHA (DEPTO. CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE – MINIST.DA SAÚDE)

TEMA 1: "CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA"

GRUPO 5

Relato feito na sessão plenária:

- 1) Como a CT&I contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população?
 - A situação da população está tão deteriorada que a CT&I vem fracassando. Se ela pode mudar, fracassou. Atinge ainda a um universo restrito. Falta um esforço para que atinja a todos.
 - Muitas vezes a qualidade não acompanha a lógica de mercado. Caso de uma produção agrícola com baixo índice nutricional e massificada.
 - Pesquisa deveria ser articulada com a extensão de forma a aproximar as necessidades. Deveriam ser pesquisas participativas.
 - que é qualidade de vida? Há que se definir padrões de qualidade.
 - A inovação deve vir para consolidar a C&T como fontes de melhoria da condição de vida das populações.
- 2) Como a Sociedade percebe os produtores?
 - A sociedade não entende. Normalmente entende a inovação como receita, como contemplação e como forma assistencialista.
 - Não há uma divulgação para todas, apenas algumas percebem e recebem os benefícios da C&T.
 - A ação da Organização da Sociedade Civil tem no sentido de aumentar o nível de compreensão da população sobre os produtos da C&T.
 - Outra que consome e assistência (médicos) e outra que tem o controle sobre ela e como objeto de supremacia.
- 3) Como os produtores vêem a sociedade?
 - Normalmente com distanciamento. São feitas de cima para baixo com pouco diálogo intercultural com os atores sociais. Necessita divulgar mais, ter mais aproximação.
- 4) Hoje, a C&T atende a quem?
 - A base da compreensão da produção de conhecimento está muito menos voltado para o ponto de vista da prevenção e mais voltada à minimização do impacto.
 - Não há uma dialética entre a comunidade científica e a maioria da população. As OSC podem ter instrumentos desta aproximação. O problema do não atendimento da maioria da população.
 - A C&T como produtora de conhecimento e a sua extensão está no campo da política. Há um problema em que a C&T como produtora de interesse particular. No próprio processo de produção de conhecimento deve considerar a questão e o interesse das maiorias. Seu papel e responsabilidade política.

✓ GRUPO 5: "ROSA"

FRANCISCO BUONAFINA (UNIÁGUA)
MARÍLIA ALBUQUERQUE (OMNIA – COESÃO SOCIAL)
DILERMANDO ALLAN FO. (INSTITUTO CRESCER PARA A CIDADANIA)
SIMONE SARAIVA (AAO)
SÉRGIO HADDAD (ABONG) **Relator**
EUGÊNIO VACARO (ASSOCIAÇÃO RECCA)
LUCIANA AP. MOURA (GELEDÉS)
MARI GEMA F. DE LA CRUZ (INSTITUTO CENTRO DE VIDA)

TEMA 1: "CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA"

GRUPO 6

Como o Terceiro Setor encontra-se mais próximo das necessidades da comunidade, é preciso que os líderes locais sejam capacitados para atuar como multiplicadores de conhecimento, interlocutores na gestão de projetos e na militância para obter financiamento e promover maior aproximação entre as agendas de pesquisas e as necessidades e realidades locais, fazendo sobressair as prioridades e as demandas das comunidades em que estão inseridos, sem perder de vista as possibilidades de integração de projetos e programas (intersectorialidade).

Com o incentivo a uma crescente interação entre as universidades, comunidade e Terceiro Setor, há que se incentivar o desenvolvimento de pesquisas nas empresas brasileiras. "Deve haver uma visão de longo prazo para implantar Ciência e Tecnologia, considerando os efeitos construtivos, destrutivos e a aplicabilidade de sistemas de C&T", acrescenta um dos participantes.

O Programa de Tecnologias Apropriadas (PTA), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é citado com a indicação das perspectivas advindas do seu direcionamento para o desenvolvimento sustentável, por intermédio de convênios estaduais, do fortalecimento de parcerias com o Terceiro Setor e a criação de um Centro de Referência à Ciência.

Relato feito na sessão plenária:

Questões:

1. Existe uma enorme distância entre as pesquisas universitárias e as demandas que as ONGs constataam "no terreno". Mais grave, existe o sentimento de fosso separando a sociedade das demandas de C&T.
2. Verifica-se um sentimento de exclusão, patente na distancia entre este encontro (Brasília, 2 dias, durante a semana) e a realidade das pessoas na base, que trabalham.
3. Ausência de recursos mínimos para programas de grande alcance, mesmo quando estão em sintonia com diretrizes governamentais.
4. Uma dificuldade fundamental das ONGs é a capacitação – dos membros das ONGs e "no terreno". Esta dificuldade foi sentida por alguns como mais decisiva do que os recursos financeiros.
5. Um problema relevante e a dificuldade das ONGs em sistematizar demandas difusas, freqüentemente com ênfase exclusivamente local.
6. O acesso à C&T é mais fácil para as grandes empresas do que para as pequenas, mesmo quando elas se prestam ao uso genérico. Assim, tecnologias que se afiguram produtivas terminam por ser excludentes e concentradoras.

✓ GRUPO 6: "LIRIO"

MURILO S DRUMMOND (AMAVIDA)

JOÃO FURTADO (ITS) **Relator**

RICARDO DE OLIVEIRA SILVA (CEECAS)

FLÁVIO C BRANDÃO (CNPq)

CRISTINA REIS (CNPq)

TATIANA PIRES (CGEE)

OSWALDO DE CARVALHO JR (IPAM)

IVÔNIO BARROS NUNES (INTERTEXTO)

FERNANDO DOS REIS (OMNIA)

"PAPEL E INSERÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CT&I"

TEMA 2: "O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA IDENTIFICAÇÃO E NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE C T & I DA SOCIEDADE BRASILEIRA".

GRUPO A

As reflexões do grupo sobre o papel das organizações do Terceiro Setor na identificação e no atendimento das demandas de CT&I da sociedade brasileira, iniciaram-se com a constatação de que há significativa produção de conhecimento em CT&I nas instituições do Terceiro Setor. Porém, as metodologias empregadas, as ações desenvolvidas, os resultados práticos alcançados e o impacto social dessas intervenções não têm mecanismos de reconhecimento formal perante a sociedade, nem ingresso na arquitetura do sistema de CT&I existente no Brasil.

A partir dessas constatações, foram identificados os desafios para que na arquitetura formal dos setores público permeiem a presença e a participação da força de trabalho do Terceiro Setor.

A criação do estatuto das organizações sem fins lucrativos da sociedade civil é considerado um marco legal, a ser concretizado futuramente, para a inserção dessas organizações no sistema de C&T.

Relato feito na sessão plenária:

Considerando que as Organizações da Sociedade Civil são produtoras e disseminadoras de informação e conhecimento com qualidade diferenciada, em que se pode destacar:

- Métodos empregados e metodologias ;
- Ações desenvolvidas;
- Resultados práticos;
- Impacto Social.

A partir desta constatação é possível identificar um desafio, que é o reconhecimento deste conhecimento como um campo do saber.

A arquitetura formal do setor público não reconhece este conhecimento e, em consequência, as ONGs não dispõe de canais de acesso aos recursos do sistema de apoio à CT&I.

O grupo discutiu que o fato do marco legal do 3º setor não estar estabelecido, pode dificultar a inserção das organizações no sistema, mas reconhece que o "espaço do seminário" não tem qualquer competência nem legitimidade para debater este tema, inclusive é muito mais amplo do que a questão da CT&I.

Considerando que não haveria como nem porque debater este assunto neste âmbito, o grupo vislumbra a possibilidade de se criar critérios diferenciados para possibilitar a inserção/ingresso das OSCs nos canais formais de fomento à pesquisa.

A proposta do grupo é a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) que elabore uma proposta de critérios como, por exemplo:

- A existência de parcerias com ONGs ;
- A adoção de metodologias participativas que envolvam a população e atores sociais;

Entretanto, devido à abrangência dessa reflexão, concluiu-se que o espaço do seminário e as temáticas de discussão propostas não condiziam com os propósitos de se discutir a criação do estatuto naquele momento, mesmo porque o grupo não poderia se outorgar a competência e legitimidade necessárias para fazê-lo.

A flexibilização dos mecanismos de atuação do Estado, em suas instâncias representativas perante a sociedade, é outro desafio em debate. No que tange aos canais formais de fomento à pesquisa, o grupo sugeriu a criação de um grupo de trabalho (GT) para elaborar quais critérios poderiam ser acrescentados aos já existentes a fim de estimular o ingresso e participação das OSCs nos processos de seleção, financiamento, realização e avaliação de projetos nas áreas de CT&I.

Alguns critérios aventados pelo grupo destacam a valorização da existência de parcerias com ONGs, adoção de metodologias participativas que envolvam as comunidades, a busca de resultados que levem à melhoria das condições de vida da população, entre outros que conviveriam com os atuais critérios que exigem a presença de doutores, farta publicação de artigos científicos, existência de infra-estrutura laboratorial etc.

- A busca de resultados que levem à melhoria das condições sociais da população.

A inclusão de critérios como esses, em vez das exigências de "doutores", "X publicações" ou "ter um laboratório", abriria canais de acesso para as ONGs se candidatarem a recursos para pesquisa e inovação.

Alguns componentes do grupo acreditam que esta seria uma estratégia melhor a constituição de um fundo para ONGs e que a criação de uma Associação, pois ambas as opções poderiam acabar favorecendo o corporativismo.

Um destaque foi feito à necessidade de se apoiar a difusão, intercâmbio e

Quanto ao desafio da captação de recursos no setor público, houve a ressalva de que as ONGs não podem viver de recursos públicos, porém, entre os participantes, alguns defenderam a criação de um fundo específico para o Terceiro Setor, ou de quotas dos fundos já existentes, para o financiamento de projetos na área de CT&I a serem destinados às organizações do Terceiro Setor. Fez-se também a ressalva de que um fundo específico e a criação de uma associação de ONGs poderiam resultar em um favorecimento ao corporativismo.

Ressaltou-se, ainda, a importância de se apoiar a difusão, o intercâmbio e a sistematização do conhecimento existente e produzido pelas ONGs. A representante da Fundação Esquel menciona que elas mantêm uma das mais complexas bases de dados sobre o Terceiro Setor, e que esta permanece subutilizada.

✓ **GRUPO A: Instituições**

SÉRGIO HADDAD (ABONG)

PAULO EGLER (ABC)

SÍLVIA PICHIONNI (ASA)

ISABELLE MEUNIER (SEAN)

LUIZA MÔNICA ASSIS DA SILVA (FUNDAÇÃO ESQUEL)

GERSON JOSÉ DA SILVA GUIMARÃES (ITS)

DALBERTO ADULIS (RITS)

TEMA 2: "O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA IDENTIFICAÇÃO E NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE C T& I DA SOCIEDADE BRASILEIRA"

GRUPO B

Todas as discussões têm a linguagem como mediadora. Nota-se no seminário uma forma sofisticada de se expressar. O linguajar e a forma das pessoas se expressarem poderia ser mais clara. Foi mencionado em outro grupo, que o pessoal não está sabendo o que é "tecnologia". O Terceiro Setor faz tecnologia e o CNPq, em termos de estatuto, o contempla.

Ao se criar um coletivo, seja uma associação, um sindicato um fórum, uma rede, é preciso estabelecer quem faria parte. Se seriam as ONGs que estão no evento, as que produzem C&T ou todas que tenham interesse. É importante criar critérios de adesão para que a idoneidade das instituições participantes seja comprovada e que tenham um histórico de implementação de boas soluções em seus respectivos ambientes de atuação. Nesse quesito encontra-se a dificuldade de "certificar" quem vai entrar no coletivo; "certificam-se produtos"...

Essa questão envolve juízos de valor, por exemplo, o Greenpeace é uma entidade dentro do movimento ambientalista cujo foco de atuação é direcionado exclusivamente ao "ambiental", não leva em consideração o ser humano.

Relato feito na sessão plenária:

Resumo:

- 1) Sente-se a necessidade de se criar uma organização coletiva (rede, fórum, Coletivo...);
- 2) Ela deve ter identidade (corpo de objetivos) bem definida, pois o 3º setor tem grande heterogeneidade, o que em algumas instâncias dificulta uma ação concreta e eficaz, quando se trabalha de modo participativo;
- 3) Sugere-se um maior tempo de maturação na definição do tipo de coletivo e do corpo de objetivos que poderia ser providenciado através do comprometimento dos atores aqui presentes no encontro de difundir e aprofundar as discussões aqui levantadas em sua entidade, em seus fóruns, em sua região geográfica, de modo a trazer de volta numa próxima reunião – respostas mais claras e definidas sobre estas questões;
- 4) Sugere-se que se abrevie este próximo encontro (3º setor "produtor/usuário de CT&I voltado às mudanças sociais), seja facilitado pela ABC, durante a SBPC que ocorrerá em Goiânia, daqui a 2 meses.

✓ GRUPO B: Meio Ambiente

ANDRÉ PEREIRA DE CARVALHO (AMIGOS DA TERRA)

OSWALDO DE CARVALHO JR (IPAM/PA)

RENATO SANTOS DA SILVA (INSTITUTO RECYCLE MILHÕES DE VIDA)

MARIA ADÉLIA O . M. DA CRUZ (ASPAN) **Relatora**

FRANCISCO BUONAFINA (UNIÁGUA) **Coordenador**

MARI GEMA F. DE LA CRUZ (ICV)

SORAIA FLEISCHER (ISPN)

TEMA 2: “O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA IDENTIFICAÇÃO E NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE C T & I DA SOCIEDADE BRASILEIRA”

GRUPO C

No contexto de identificação e atendimento das demandas de CT&I da sociedade brasileira, houve a proposta de consolidação e reconhecimento do Terceiro Setor como facilitador, captador e tradutor dessas demandas e conhecimentos.

Os elementos que permitirão efetuar essa proposta respaldam-se na valorização e consolidação das inovações locais como inovação tecnológica; criação de fundos de financiamentos específicos para o Terceiro Setor, não-competitivos com as universidades; estímulo às políticas públicas capazes de mobilizar a sociedade e permitir a construção de CT&I por meio de políticas locais implementadas; criação do estatuto para o Terceiro Setor, mediante um processo de diálogo entre o Terceiro Setor e o Estado.

No âmbito das atividades agrícolas, o desenvolvimento das pesquisas deve ser feito com ênfase nas metodologias participativas, sendo o agricultor sujeito ativo na identificação e sistematização das experiências, incluindo processos e métodos pedagógicos de sistematização das práticas adotadas, com estímulo ao desenvolvimento de tecnologias emancipadoras.

Relato feito na sessão plenária:

Devemos discutir sobre os as nossas necessidades em C&T para desenvolvermos o nosso trabalho de hoje.

- Consolidação e reconhecimento do 3º setor como captador e tradutor dessa demanda e conhecimento;
- Valorização e consolidação das inovações locais como Inovação Tecnológica;
- Criação de fundos de financiamentos específicos para as pesquisas no 3º setor, que é aplicada, diferente da pesquisa acadêmica;
- No âmbito das atividades agrícolas existem demandas para uma especificidade ainda maior para agricultura familiar, daí o resgate do agricultor como sujeito inclusive na identificação e na sistematização das experiências, incluindo processos e métodos pedagógicos de sistematização da nossa prática;
- Proposta de apropriação das experiências em agroecologia com paradigma alternativo ao modelo agrícola atual, dado o desconhecimento aparente de setores da ciência e tecnologia presentes no encontro;
- Inclusão das metodologias participativas na pesquisa.

Propõe-se a apropriação de experiências em agroecologia como um paradigma alternativo ao modelo agrícola atual. Em julho haverá um evento com mais de 800 participantes sobre esse tema e ainda assim muitas organizações desconhecem a temática da agroecologia. Um dos participantes critica a iniciativa da Fundação Banco do Brasil por apresentar uma postura “simplista”, sem mencionar as instituições, sem considerar os processos. “Existe toda uma mudança de concepção de paradigma, mas eles só mostram o resultado final, ignoram o processo de construção da tecnologia social; é uma elite que se apropria da produção”, opina o participante.

✓ **GRUPO C: Agricultura/Terra**

ARI FROZZA (AOPA)

JOSÉ ALDO DOS SANTOS (SABIÁ)

NILTON SAMPAIO F. DE MELO (MOC)

CARLOS EDUARDO O. DE S. LEITE (SASOP)

SIMONE SARAIVA (AAO)

EUGÊNIO VACARO (PROJETO RECA)

WAGNER SOUZA LIMA (FUNDAÇÃO PALEONTOLÓGICA PHOENIX)

RAQUEL MATTEDI (CAPINA)

EDSON RIBEIRO DOS SANTOS (FUNDIFRAN)

HOBERT SANTANA S. SILVA(FUNDIPESCA)

TEMA 2: "O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA IDENTIFICAÇÃO E NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE C T& I DA SOCIEDADE BRASILEIRA"

GRUPO D

Como está estabelecida nos dias de hoje, a política de C&T só atende a uma minoria. É preciso disseminar informações sobre a constituição dos Fundos Setoriais e de seu funcionamento. Soma-se a isso a necessidade de se buscar parcerias com as universidades e centros de pesquisa, divulgar as políticas de C&T e criar um grupo que atue junto ao MCT.

A formação desse grupo deve ser abrangente, incluindo as diversas organizações não-governamentais e entidades da comunidade civil a fim de ter o respaldo do governo. A criação de uma rede em que se pudesse fazer circular as informações entre os diversos participantes seria um elemento contribuidor para garantir participações de qualidade nos próximos eventos, em que deveria haver uma divisão temática dos tópicos a serem discutidos, como, por exemplo, a questão da representatividade da diversidade étnica existente no Brasil nos ambiente de CT&I, bem como a criação de mecanismos legais que estimulem as atividades dos inventores independentes.

Relato feito na sessão plenária:

- 1) Não achamos o marco regulatório uma condição necessária para a participação da sociedade civil na política de C&T.
- 2) Apoiamos a participação de representantes de organizações da sociedade civil em Conselhos do Sistema de C&T.
 - Esta participação será definida e regulada através de fóruns de organizações (nos mesmos moldes em que se fez nas áreas de mulher, de crianças etc).
- 3) A universidade tem o papel fundamental na articulação da Sociedade Civil com a C&T.
Sugestão: linhas de financiamento para pró-gestor de pesquisa em parceria universidade/ONG.
- 4) Corte temático (gênero/raça) nos próximos encontros;
- 5) Política de inventiva.

✓ GRUPO D: Diversos

VALMIR LEMOS (INAI)
ELIANA CUSTÓDIO (GELEDÉS)
LUCIANA MOURA (PRO-AFRO)
MAURICIO LISOVSKI (ISER)
ROGÉRIO DARDEAU DE CARVALHO (CERIS)
MURILO SÉRGIO DRUMOND (AMAVIDA)

TEMA 2: "O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA IDENTIFICAÇÃO E NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE CT&I DA SOCIEDADE BRASILEIRA"

GRUPO E

Com a crescente capacidade de organização do Terceiro Setor, a relação entre as ONGs e o setor público tende a melhorar. É preciso otimizar a forma de utilização dos recursos públicos. Embora minoritárias, já existem participações do Terceiro Setor em programas do governo. O que não há é clareza sobre as políticas públicas existentes.

Os participantes sugerem a criação de uma comissão para discutir o Terceiro Setor em profundidade: lei das ONGs, seu papel, capacitação para o desenvolvimento de tecnologias sociais e aprimoramento nas formas de gestão.

A criação de um fundo específico para as entidades do Terceiro Setor promoveria a disseminação das tecnologias desenvolvidas por essas entidades.

Relato feito na sessão plenária:

Resultados:

- 1) Fundos para disseminação de Tecnologias de domínio de entidades do 3º setor;
- 2) Compromisso com ética em resultados;
- 3) Agilidade e informalidade;
- 4) Diferenciar Instituições Públicas x Universidades;
- 5) Ocupar os espaços dos mecanismos de participação;
 - Fundos;
 - Conselhos;
 - Comissões.
- 6) Fundos para CT&I para o 3º setor
 - Forma de fazer com o conhecimento "alugue" às bases e o conselho.
 - Formação de Políticas Públicas
- 7) Comissão Câmara
- 8) Fórum de participação e discussão não com o objetivo de estabelecer um estatuto.

✓ GRUPO E: Educação

MIRIAM DUAILIBI (INSTITUTO CRESCER PARA A CIDADANIA)

DILERMANDO ALLAN FILHO (INSTITUTO ECOAR PARA A CIDADANIA) **Relator**

ANADETE GONÇALVES REIS (CARITAS)

CESARE GIUSEPPE GALVAN (CJC)

ROGÉRIO DARDEAU DE CARVALHO (CEARAH PERIFERIA)

RICARDO DE OLIVEIRA SILVA (CCECAS)

SHEILA PAIVA (CENEP)

MARIA LÚCIA DE C. P. SÍGOLO (WIDAR)

TEMA 3: "PARTICIPAÇÃO E PAPEL DO EXECUTIVO, DO LEGISLATIVO E DAS ORGANIZAÇÕES DO 3º. SETOR NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUINDO A DE C T & I"

GRUPO A

As questões pertinentes à elaboração e implementação das políticas públicas na área de C&T são restritas ao Plano Plurianual (PPA). Um dos participantes esclarece tratar-se de uma política "intramuros" e que se deveria auscultar mais o que a sociedade tem a propor. A existência de um fórum dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), composto por membros da comunidade científica e alguns empresários, ocupa o espaço para o debate sobre essas questões, mas não inclui a representação da sociedade civil organizada. Esse fórum deveria ter a participação das organizações não-governamentais que trariam não uma proposta de tutela e de indicações de prioridades para a comunidade científica, mas sim a sua contribuição para a área de formulação de políticas públicas com os elementos identificadores e indicadores das prioridades da sociedade. Para tanto, a sociedade civil deve ser inserida nos fóruns de discussão que conduzam à elaboração e implementação de políticas públicas.

Os participantes buscaram esclarecer questões sobre a gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), por englobar os 14 Fundos Setoriais. Destacou-se o papel da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), como instituição que escolhe os gestores do FNDCT. Já os Fundos Setoriais estão sob a gestão do CGEE e sob a avaliação do ministério. A questão das tecnologias sociais encontra ótima aceitação no MCT e há vontade política para a discussão desses temas.

Com essa abertura que se expressa na própria realização do seminário, o grupo sugere propor ao MCT a criação de um grupo de trabalho (GT) tripartite entre representantes do Ministério, da comunidade científica e das entidades da sociedade civil para que, em um período de 3 a 4 meses, seja produzido um documento de trabalho sobre o atual estudo do

Relato feito na sessão plenária:

Considerando os produtos deste seminário, outros seminários e outros estudos, reconhecemos, apesar da diversidade das Organizações da Sociedade Civil, o papel na tradução e identificação do desenvolvimento para a C&T, na definição e na produção de informações.

Considerando que estas entidades não são reconhecidas na arquitetura da política da C&T.

Propor-se ao Ministério da Ciência e Tecnologia a criação de um Grupo de Trabalho (GT) tripartite entre representantes do Ministério, da comunidade científica e das entidades da sociedade civil para em um período de 3 à 4 meses, produzir um documento de trabalho sobre o atual estudo de relacionamento entre estas entidades e a política de Ciência e Tecnologia, bem como produzir sugestões visando a integração destas entidades na Política de Ciência e Tecnologia.

relacionamento entre essas entidades e a política de C&T, bem como sugerir formas de integração dessas entidades no processo de elaboração da Política de C&T.

Outro tema abordado pelos participantes foi a interação existente entre os trabalhos realizados pelo Terceiro Setor e as áreas de atuação que são responsabilidade do Estado, o que é indicativo de que o Terceiro Setor está atuando em áreas em que o Estado deveria atuar. Um dos participantes cita o exemplo do desmantelamento da estrutura da Emater como resultante dessa crise institucional, ressaltando que não é função das ONGs ocuparem funções do Estado.

Ao se questionar por que não incentivar a entrada de uma instituição na área de difusão, proposta que recebe o seguinte comentário de um dos participantes: "nós estamos com um discurso de quem quer se inserir na área de C&T, mas há um total esquecimento da parte de difusão; a dificuldade em entrar nessa instância política de difusão é porque inexistente uma política de difusão de pesquisa". "A sociedade deve ter um papel real e não representativo", conclui.

✓ GRUPO A: Instituições

LUIZA MÔNICA ASSIS DA SILVA (FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL)

ISABELLE MEUNIER (SEAN)

SILVIA ALCÂNTARA PICCHIONI (ASA)

CARLO ARENA (OMNIA)

SÉRGIO HADDAD (ABONG)

GERSON GUIMARÃES (ITS)

PAULO EGLER (ABC)

DALBERTO ADULIS (RITS)

TEMA 3: "PARTICIPAÇÃO E PAPEL DO EXECUTIVO, DO LEGISLATIVO E DAS ORGANIZAÇÕES DO 3º. SETOR NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUINDO A DE C T & I"

GRUPO B

Houve repercussões sobre as idéias expressas na plenária – sobre como o Executivo “escuta” a sociedade, e outros segmentos do governo, para definir as prioridades e políticas públicas, incluindo a de CT&I – momento em que o representante do MCT ressaltou a existência de uma certa dificuldade em se entender o Terceiro Setor que, devido a sua ampla abrangência, resultaria em interrogações sobre com quem estabelecer interlocução, comentando também que no Brasil a sociedade civil é dispersiva e a sociedade política tem uma tradição de desorganização.

Os participantes contestaram as idéias veiculadas na plenária. Cogitou-se uma análise mais detalhada sobre as várias comissões existentes no Congresso que poderiam ser eventuais canais para se endereçar essas questões. Porém, faltam informações sobre como as ONGs devem proceder. “A comissão citada pela deputada Luiza Erundina

pode ser um canal para se propor um projeto de criação de um órgão que venha a ser o interlocutor”, comenta um dos participantes.

Relato feito na sessão plenária:

Considerando que: O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia não mostrou conhecimento sobre o que vem a ser o 3º setor, afirmando que o mesmo “ainda é desorganizado e não há convergência”.

É necessário que este fórum de discussão, aqui representado por uma diversidade de organizações da Sociedade Civil, seja elaborado um instrumento (Moção ou certo de protesto ou corte de esclarecimento) e encaminhado para o MCT, no qual seja mostrado o que é o 3º setor, seus objetivos e campos de atuação.

Considerando que:

- 1) Todos as áreas de conhecimento estão contempladas e representadas nas Organizações da Sociedade Civil;
- 2) Estes são produtores de C&T;
- 3) Existe uma dispersão destas organizações;

É necessário que:

- 1) Ocorra uma articulação destas organizações de tal forma que seja viabilizado sua interlocução como um todo com as políticas públicas, possibilitando a construção e a intervenção destes, principalmente na política de Ciência & Tecnologia.
- 2) Atuação deste instrumento articulador nos conselhos nacionais de forma prioritária, nos comitês, etc;
- 3) Seja este instrumento articulador um capturador dos interesses da Sociedade, através de seus representantes;

A definição dos instrumentos para que seja viabilizada a interlocução, aproximando as Organizações e o distanciamento entre elas e o governo. Ainda não é claro, sendo portanto necessário a realização de um fórum permanente, cujo primeiro tema a ser abordado é a definição deste instrumento articulador.

Destaca-se que os ambientalistas têm um grau de organização. Quer-se que eles tenham um grau de representatividade. Quem vai representar paritariamente o Terceiro Setor em um Conselho de C&T? Qual deve ser o número de representantes? Representantes de setores isolados? Essas são questões que permaneceram na agenda para os próximos encontros.

✓ **GRUPO B: Meio Ambiente**

GLÁUCIA MARIA DE MELO LOPES (IRMV)
RENATO SANTOS DA SILVA (IRMV)
MARIA ADÉLIA OLIVEIRA (ASPAN)
MURILO SÉRGIO DUMMOND (AMAVIDA)
MARI GEMA F DE LA CRUZ (ICV) **Relatora**
ANDRÉ PEREIRA DE CARVALHO (AMIGOS DA TERRA)
OSWALDO DE CARVALHO JR (IPAM)
FRANCISCO BUONAFINA (UNIÁGUA)
SÔNIA BUONAFINA (UNIÁGUA)

TEMA 3: "PARTICIPAÇÃO E PAPEL DO EXECUTIVO, DO LEGISLATIVO E DAS ORGANIZAÇÕES DO 3º. SETOR NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUINDO A DE C T & I"

GRUPO C

Para se fortalecer a interlocução entre o Terceiro Setor e o Estado é preciso que o seminário tenha continuidade, que seus objetivos permaneçam na pauta de discussões das ONGs, o que pode ser alcançado com a criação de um grupo de trabalho (GT) que articule essas propostas de ações. É importante usar as redes já envolvidas com essa temática – ABC, ITS, ASA, Abong, entre outras – para que elas se mantenham atuantes e solidárias aos propósitos traçados. Fortalecer os interlocutores atuais, especialmente ABC e ITS.

Relato feito na sessão plenária:

Conclusões:

- 1) Continuidade do Seminário
É necessário seguir com ações que fortaleçam os objetivos do Seminário;
- 2) Criar um Grupo de Trabalho (GT) que articule ações
Usar redes atuais como base: ABC, ITS, ASA, ABONG e outras;
- 3) Receber o relatório deste Seminário e multiplicá-lo regionalmente;
- 4) Registrar, localmente, as ações que cada Organizações do Terceiro Setor - OTS vem realizando em CT&I, no sentido de contribuir com um cadastro da produção de conhecimento pelas OTS;
- 5) Identificar quem são os parceiros financeiros e organizar projetos em conjuntos;
- 6) Fortalecer os interlocutores atuais, especialmente ABC e ITS.

Ao receber o relatório do seminário, será preciso disseminá-lo regionalmente para que aqueles que não estiveram presentes ao encontro possam se inteirar sobre as questões debatidas, ingressar em grupos de trabalho e participar de ações futuras. Aventou-se a divisão do GT por áreas e temas, criando, assim, subgrupos de atuação específica.

No quesito de sistematização dos conhecimentos produzidos pelo Terceiro Setor, reforçou-se a idéia de registrar, localmente, as ações que cada organização do Terceiro Setor vem realizando em CT&I, o que resultará em um cadastro ou banco de dados da produção do conhecimento das OTS. Identificar quem são os parceiros financeiros e organizar projetos em conjunto.

✓ GRUPO C: Agricultura/Terra

MARIA RAQUEL M MOTTEDI (CAPINA)
FERNANDO DOS REIS (OMNIA)
SIMONE SARAIVA (AAO)
EUGÊNIO VACARA (PROJETO RECA)
ROGÉRIO D. DE CARVALHO (CERIS)
NILTON S. F. DE MELLO (MOC)

JOSÉ ALDO DOS SANTOS (SABIÁ)
EDISON R. DOS SANTOS (FUNDIFRAN)
CARLOS EDUARDO DE S LEITE (SASOP)
ARI FROZZA (AOPA)
HOBERT SANTANA (FUNDIPESCA)
JORGE ZIMMERMANN (MMA)

TEMA 3: "PARTICIPAÇÃO E PAPEL DO EXECUTIVO, DO LEGISLATIVO E DAS ORGANIZAÇÕES DO 3º. SETOR NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUINDO A DE C T & I"

GRUPO D

Relato feito na sessão plenária:

Qual é o papel do 3º Setor na CT&I?

- 1) Conhecer o sistema CT&I
- 2) Conhecer os Fundos Setoriais
- 3) O que o 3º Setor faz em CT&I
- 4) Parcerias/Recursos

- Organizar eventos/fóruns entre as organizações e instituições sobre CT&I, que seja regional, Nacional;
- Criação de um grupo junto ao MCT/CGEE; este grupo deve ser composto por organizações de rede. Ex. Diretos Humanos, Saúde, Inventores, geração de renda, etc.

Tarefas do grupo:

- 1) Levantar informações sobre o sistema de CT&I e as Políticas Públicas;
- 2) O que o 3º Setor tem feito em CT&I;
 - Tipos de Pesquisas/métodos
 - Recursos – De onde?
 - Quais parcerias?
 - Quais as competências e dificuldades do 3º setor

Obs. Possibilidade de uma cartilha com as atribuições do 3º setor em CT&I

- 3) Garantir participação de qualidade nos próximos eventos. Ex: Conferência Nacional articulada pelas conferências regionais;
- 4) Propor articulação e critérios para participação em instâncias de decisão de Políticas Públicas em CT&I.

Outras recomendações:

- Não ao Marco Legal – estatuto 3º setor
- Parcerias- 3º setor e universidades é um bom caminho, estimulador para aproximar comunidade científica e civil.
- Diversificar os recortes temáticos nos próximos eventos (gênero/raça/etnia);
- Apoio aos inventores – isenção de impostos, estímulo para inventores independentes.

✓ GRUPO D: Diversos

LUCIANA AP. MOURA (REDE PRÓ-AFRO)

ELIANA M. CUSTÓDIA (GELEDÉS)

VALMIR LEMOS (INAI)

MAURÍCIO LISSOVSKY (ISER) **Relator**

TEMA 3: "PARTICIPAÇÃO E PAPEL DO EXECUTIVO, DO LEGISLATIVO E DAS ORGANIZAÇÕES DO 3º. SETOR NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUINDO A DE C T & I"

GRUPO E

A prioridade do Terceiro Setor é o desenvolvimento humano, a busca da transformação social. O desenvolvimento científico e tecnológico influi positivamente na melhoria da qualidade de vida da população, porém muitos dos resultados e benefícios que poderiam ser portadores de transformações sociais não chegam à sociedade. O que faz com que o Terceiro Setor deva ter participação no processo de elaboração, implementação de políticas públicas e disseminação dos resultados.

A especialidade das organizações da sociedade civil seria a inovação. As pesquisas realizadas pelo Terceiro Setor são feitas em moldes diferenciados da pesquisa tradicional, faltando a legitimação e reconhecimento dessas atividades.

Relato feito na sessão plenária:

- CT&I influi na qualidade de vida? Sim. Mas pode influir negativamente.
- Lembrar que retrata de servir ao HUMANO. Isto tem que ser almejado, planejado e buscado.
- Falta conhecimento e reconhecimento entre o MCT e o 3º Setor e vice-versa (desconhecimento da existência dos fundos, desconhecimento do papel articulado do 3º setor).
- É preciso descobrir qual é a qualidade da pesquisa em CT&I do 3º setor. Tem características próprias.

Concluindo: É necessário uma ação coordenada a longo prazo para a participação nos comitês gestores.

✓ GRUPO E: Educação

SHEILA PAIVA DE ANDRADE (CENEP)
WAGNER SOUZA LIMA (PHOENIX)
MARIA LÚCIA SIGOLO (WIDAR)
MIRIAM DUAILIBI (ECOAR)
CESARE GIUSEPPE GALVAN (CJC)
RAIMUNDO NONATO LIMA (CEARAH)

SORAYA FLEISCHER (ISPN)
MARÍLIA G DE ALBUQUERQUE (OMNIA)
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA (CCECQS)
IVÔNIO BARROS NUNES (INTERTEXTO)
DILERMANDO ALLAN FILHO (ICC)

VII- EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO EVENTO

Se a análise do discurso sobre as expectativas dos participantes começasse na linguagem do povo, cantada pelos repentistas e também preservada na literatura de cordel, haveria espaço para um pequeno extrato de Gerardo Carvalho:

“Nem vêem que há tanto chão.
Neste imenso território
Não sei para que serve
Tanto estudo e palavrório.
Acho que querem fazer
Pra todo mundo sofrer
Deste mundo purgatório!”⁹

“Não sei para que serve tanto estudo e palavrório” é um dizer condizente com o universo das 53 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil¹⁰, especialmente se lhes perguntassem como vêem a importância da Ciência, Tecnologia e Inovação para o país em que vivem. Em outro tempo e lugar existe um fragmento de discurso do fundador da moderna sociologia da ciência, Robert Merton, que expressou a defesa de que as instituições científicas, inseridas em uma sociedade democrática, deveriam usufruir uma autonomia completa e que os cientistas deveriam apenas prestar contas aos seus pares, espelhando um grau de auto-regulação que é apontado por muitos como uma utopia ou defesa da “ciência em redoma de cristal”¹¹.

São colocações feitas em contextos, tempos e lugares distintos que em algum momento podem encontrar uma interseção dialógica. Ao responderem à questão sobre quais expectativas traziam para o encontro, os participantes foram unânimes em apontar **a interação e apropriação comunitária da ciência, da tecnologia e da inovação como tema merecedor de debates**. Com a palavra “comunidade”, nesse meio, portadora de um significado mais amplo que o de “círculo dos pares”, de “comunidade científica”.

⁹ Carvalho, Gerardo. A morte da natureza. Cordel premiado na Eco-92. Disponível em: <http://www.literaturadecordel.hpg.ig.com.br/>

¹⁰ Mendonça, Ricardo. O paradoxo da miséria. Revista Veja. Edição 1735, nº 3, 23 de janeiro de 2002.

¹¹ Christoffersen, Martin L.. Ciência ultramoderna. Revista Conceitos, vol. 4, nº 5, Jan./Jun. 2001. Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <http://www.adufpbjp.com.br/revista/conceito/5/index.html>

Comunidade com um significado de inclusão de pessoas, abrangência de toda a gente brasileira. **“É preciso desmistificar a ciência”**, sugere-se, **“a pesquisa e os seus resultados não podem ser objetos de gaveta”**, complementa outro participante, ao indicar que o encontro, na sua visão, seria facilitador para a identificação de mecanismos de propagação da CT&I. Destaca, ainda, que a academia, as universidades, os institutos de pesquisa, a sociedade civil organizada, o Terceiro Setor, encontram-se distanciados, tornando-se imperativo **criar formas de maior aproximação, interlocução e articulação entre os diferentes atores envolvidos nos processos de fazer ciência, disseminar e assimilar novos conhecimentos, melhorar processos, inovar, fazer as pessoas prosperarem.**

Na narração das expectativas, reforça-se o sentimento de que CT&I são de valor inestimável, mas que, como quaisquer outras atividades com reflexos sociais e na organização humana, encontram-se atreladas às políticas públicas, aos poderes do Estado e de seus diferentes atores, o que fez com que vários participantes manifestassem o interesse em conhecer melhor as outras entidades do Terceiro Setor, a atuação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do Sistema Nacional de C&T e, mais recentemente, a forma de gestão dos Fundos Setoriais. **Busca-se entender como essas instâncias se relacionam com a sociedade civil organizada**, quais mecanismos de interlocução estão sendo cogitados, se seria oportuno criar uma rede ou fórum de organizações não-governamentais que interagisse mais amiúde com o sistema de C&T e se o Terceiro Setor poderia concorrer aos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o fundo dos fundos.

A ciência como um bem público vincula-se à questão da comunicação dos resultados, o Terceiro Setor quer, essencialmente, dar a conhecer e fazer expandir seus resultados, conversar sobre os resultados da academia, sistematizar os seus próprios conhecimentos de forma abrangente e inclusiva, pois já se exercita como interlocutor entre a sociedade e o Estado e sua participação na arena de construção da política de C&T visaria a **inclusão das tecnologias sociais, de seus processos de elaboração, como áreas de conhecimento estratégicas para os trabalhos realizados junto às comunidades.** Estabelecido esse canal, os pesquisadores seriam também convidados a **dialogar sobre os conhecimentos produzidos nessas comunidades**, com a implementação de metodologias participativas ao se promover CT&I.

Já que “a tecnologia é avaliada por sua eficácia em relação à consecução dos objetivos de manipular a natureza para modificar o seu ambiente” e a “produção técnico-científica é

condicionada em seus objetivos por seus agentes e no seu modo de funcionamento pela sociedade onde se desenvolve”¹², muitas das instituições participantes do seminário vieram dizer que já colaboram na produção, uso e disseminação de conhecimentos e, especialmente, de tecnologias sociais, o que faz com que os quesitos de inovação estejam sempre muito próximos da atuação dos grupos que formam o Terceiro Setor. Os trabalhos de pesquisa que já se inserem nos projetos conduzidos nessas instituições têm ampla variedade de áreas de atuação: avaliação de impactos ambientais, processos agroflorestais, manejo da pesca, planejamento urbano e de moradias populares, agricultura orgânica, uso de energias alternativas, economia solidária, identificação e classificação de empresas com responsabilidade social, manejo da fauna em áreas de exploração madeireira, aquacultura, material fóssil resgatado de áreas com forte modificação antrópica, educação, educação a distância e uso das novas tecnologias de informação e comunicação, C&T e política, emprego e capacitação profissional, reforma agrária sustentável, recursos ambientais e agroecologia, agricultura familiar, núcleos rurais de economia sustentável, comunidades rurais e o saber popular, tecnologias de combate à miséria, tecnologias alternativas, pesquisa social, difusão de tecnologias no meio rural, educação ambiental, violência, terceiro setor, religião, saúde pública, invenções, cadeias produtivas, entre outros.

Para esses temas, há uma perspectiva de interação com todas as áreas do saber. Muitas dessas organizações contam com profissionais que atuam em projetos de pesquisa, participam nas atividades de extensão de universidades e fazem a “ponte” entre as comunidades e as instituições de ensino e pesquisa.

Se depender do entusiasmo, vontade e atuação do Terceiro Setor, seria possível assistir, nos próximos anos, à sua proliferação no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – mapa da pesquisa brasileira –, incentivando até mesmo a criação de um campo de preenchimento no formulário para inclusão, identificação e valorização da interlocução com as organizações da sociedade civil, associando o pesquisador, ou grupo de pesquisadores, às organizações com que manteve diálogo no curso dos trabalhos realizados. O mesmo raciocínio seria válido para o Currículo Lattes, já que muitos participantes apontaram a flexibilização dos critérios de valoração da produção científica que hoje incentivam exclusivamente o número de doutores participantes nos projetos, a produtividade intelectual expressa em artigos científicos publicados e existência de infra-estrutura laboratorial, o que desestimula o pesquisador a devotar o seu tempo para interagir com as demandas das comunidades. O Terceiro Setor quer ver as atividades de extensão serem

¹² Neto, Ivan Rocha. Curso de especialização em divulgação científica e tecnológica e de agentes de inovação. Edição Sebrae.

valorizadas, “contarem ponto”, o que favoreceria um melhor diálogo entre todos os envolvidos com CT&I.

“O diálogo tem significação precisamente”.

porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro.

O diálogo por isso mesmo não nivela, não reduz um ao outro... Isso implica, ao contrário, um respeito fundamental dos sujeitos nele engajados.”¹³

¹³ Freire, Paulo. *Pedagogia da Esperança. Um encontro com a Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra. 1998. Pág. 18.

IX – CONSIDERAÇÕES FINAIS

✓ **Paulo Egler** – Academia Brasileira de Ciências – ABC

Foi com grande expectativa que a Academia Brasileira de Ciências se engajou na promoção do seminário sobre o “Papel e Inserção do Terceiro Setor no processo de Construção e Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Inovação”, em parceria com o Instituto de Tecnologia Social e com o apoio da Fundação Banco do Brasil, da Agência Nacional de Petróleo e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

O envolvimento da Academia Brasileira de Ciências, com as organizações do terceiro setor é o resultado de dois movimentos articulados. O primeiro foi a inclusão do tema referente ao papel das organizações não governamentais na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em setembro de 2001, e que foi organizada em ação conjunta do Ministério da Ciência e Tecnologia com a ABC. Naquele evento ficou claro o papel relevante que as organizações não governamentais têm, hoje, no processo de identificação, geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, sobretudo em áreas relacionadas com a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

O outro motivo é a percepção que a Academia tem de que no despertar do novo milênio, ciência e tecnologia assumem uma nova posição, onde a prática da participação passa a ser elemento fundamental.

É o momento da Ciência da Cidadania, a qual assume um papel deliberativo e revelador, concebido para incluir no seu processo de gestação e desenvolvimento os menos favorecidos, seja como partícipes na criação, seja como beneficiários das descobertas e dos resultados da C&T. Reconhece e incentiva o amplo envolvimento da sociedade para que o processo de tomada de decisão sobre o quê, como, para que e para quem pesquisar seja feito em bases mais justas e equânimes. Busca, assim, a acomodação das diferenças e o alcance da legitimidade.

E se participação é um elemento que caracteriza o atual momento da Ciência e da Tecnologia esse é o elemento que imediatamente identifica a atuação das organizações do terceiro setor. A capilaridade que essas instituições têm com diferentes segmentos da sociedade brasileira e a capacidade que possuem para articular demandas com ofertas, são características que lhes atribui um papel da maior importância, para o qual a comunidade científica e tecnológica nacional deve procurar valorizar e articular parcerias.

O evento realizado em parceria com o ITS, cujas palestras, debates e propostas essa publicação disponibiliza, deixou evidente o acerto dessa promoção.

✓ **Irma Passoni** – Instituto de Tecnologia Social

"Sem ciência e tecnologia como pode um país aspirar uma posição de relevo no futuro? Trata-se de uma das mais importantes questões a ser colocada não apenas aos governantes, ao sistema político e aos meios de comunicação, mas ao povo brasileiro".¹⁴ Esta afirmação é do Sr. Ministro Sardenberg que nos honrou com sua presença na abertura deste encontro, onde reafirmou esta sua posição dizendo que "precisamos colocar a C&T a serviço de inovações tecnológicas que contribuam para elevar o bem-estar da sociedade; que gerem riquezas; e que nos tornem mais internacionalmente competitivos".

O esforço **de envolvimento da sociedade brasileira** no processo de Ciência, Tecnologia e Inovação, é uma das quatro prioridades que o Ministério da Ciência e Tecnologia apresenta para a transformação do panorama da pesquisa e da inovação no Brasil. Ela é assim explicitada: **"propiciar o debate permanente dos grandes temas em CT&I, por meio da mobilização do governo e de todos os setores interessados"**.

A Sociedade Civil Organizada, o chamado Terceiro Setor busca construir sua identidade como um conjunto de organizações que atuam no desenvolvimento social, no resgate da cidadania e no estabelecimento de relações éticas em todas as atividades humanas, sejam na esfera pública, privada ou pública não estatal.

Os trabalhos realizados neste Seminário demonstraram que o Terceiro Setor apresenta-se como um parceiro privilegiado para o fomento de uma cultura da Ciência, Tecnologia e Inovação na sociedade brasileira. Esta parceria pode produzir um processo educativo capaz de gerar uma sociedade em sintonia com o mundo de hoje. E, por outro lado, esta parceria pode fortalecer as Organizações do Terceiro Setor que produzem Tecnologia Social.

Constatamos, nestes dois dias de trabalho, que é imperativo superar o distanciamento entre o MCT, ABC, CNPq, FINEP, CGEE etc, e as Instituições da Sociedade Civil Organizada que já procuram agregar CT&I nos seus programas de ação. Faz-se necessário definir uma agenda para garantir a continuidade do processo no âmbito do Terceiro Setor e CT&I iniciado a partir deste nosso encontro. Para tanto, será necessário também, criar um espaço para a melhoria do funcionamento das Instituições da Sociedade Civil organizada, que incorpora a Ciência, Tecnologia e Informação nos seus programas de atuação.

Visando a construção de políticas públicas, cuja referência primordial é a sociedade; considerando o Estado, como ator principal para incentivar a formulação de tais políticas e certa, como assim ficou demonstrado aqui, que a Sociedade Civil Organizada pode contribuir de modo eficiente e eficaz para este processo, devemos continuar nossos trabalhos.

Saímos daqui, com a certeza que poderemos construir um caminho que fortaleça a articulação das Organizações do Terceiro Setor, com as instituições de ensino

¹⁴ Sardenberg, Ronaldo Mota, "A ciência e a utopia brasileira" in Folha de São Paulo, Tendências e Debates, 30/04/2000

superior e pesquisa, entidades representativas da classe empresarial e instituições públicas e privadas que trabalham no âmbito CT&I.

Obrigado a todos!